AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 02 | FEVEREIRO 2020 | R$ 15,00

TAXA DE JUROS BAIXA

MUDA A ATRATIVIDADE DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

BALANÇA COMERCIAL MAIS UMA VEZ, O AGRO SALVA A PÁTRIA

CARNE BOVINA ESCLAREÇA AS PRINCIPAIS DÚVIDAS SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO

MILHO E SOJA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS PARA 2020



Investimento é a palavra do momento.

Por isso, chegou a hora de você investir junto com a gente.
Mas antes de tudo é preciso saber: quem é você na hora de investir?
Junto com o Pedro Andrade, você pode descobrir o seu perfil de investidor e chegar às melhores soluções para fazer o seu dinheiro começar a render mais.

- Fundos de Investimento
- Poupança
- Renda Fixa

Acesse **investindojuntos.com.br**,
descubra seu perfil e comece a investir seu dinheiro.

Sicredi

SAC 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** 0800 724 0525. **Ouvidoria** 0800 646 2519.

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: Revista Agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

EXPORTAÇÕES DO AGRO GARANTEM A BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS

O ANO de 2020 começou cheio de solavancos: o agravamento da tensão no Oriente Médio; uma nova epidemia, o coronavírus; e a situação sino-americana. Em momentos como este, há uma clara tendência de aversão ao risco por parte dos investidores. Por isso mesmo, o ouro e o dólar tendem a se valorizar, principalmente em um novo mundo de taxas de juros negativas ou próximas de zero.

Apesar de tudo, o Brasil continua navegando. A inflação está comportada, e os juros não devem subir. A ***Agroanalysis*** também acredita que, a médio prazo, a tendência do dólar é para baixo, e não para cima. O Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer entre 2% e 3% neste ano. Para o setor do agronegócio, 2019 foi bom. Este ano deverá ser bom também, exceto para as regiões que estão sofrendo por problemas climáticos.

A nossa matéria de capa aborda um tema muito importante na realidade atual de juros reais baixos. Muitas atividades agropecuárias que, antes, perdiam em rentabilidade para aplicações financeiras que remuneram a taxas equivalentes à taxa básica de juros real da economia passam, agora, a ganhar delas. Isso estimula a produção no campo. Aplicar dinheiro a 7% ou 8% ao ano, livre de impostos, era muito cômodo. Agora, o retorno dos investimentos financeiros de baixo risco não passa de 2% ou 3%. Grande parte das atividades agropecuárias, quando estas são bem conduzidas, tem rentabilidade superior a isso. Pelos números apresentados, a cana continua como "rainha". O leite aparece como grande "vilão". Esta última atividade, dificilmente, remunera o produtor. Trata-se de um caso crônico no agronegócio brasileiro. Entre esses dois casos, trazemos uma lista com outras atividades.

Externamente, o acordo comercial entre os EUA e a China, assinado em janeiro de 2020, prevê, na sua primeira fase, um aumento das importações chinesas de produtos agropecuários norte-americanos para 2021 em relação ao nível de 2017. Esse "armistício" comercial entre as duas maiores potências econômicas globais contribui para a conformação de um ambiente de maior previsibilidade, a fim de aumentar o comércio no médio e no longo prazos. É preciso ficar atento, pois os EUA e o Brasil competem no enorme mercado chinês em diversos produtos.

Quando se traça uma análise da balança comercial do Brasil, segundo dados oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), salta aos olhos a contribuição do agronegócio para a economia nacional no período de 2010 a 2019. A balança comercial do País apurou resultado positivo pelo menos nos últimos dez anos graças ao agro. Esse desempenho gera um expressivo excedente de divisas para o País. De acordo com o levantamento do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o agronegócio brasileiro fechou o ano de 2019 com um superávit comercial de US$ 67,9 bilhões. Como a economia brasileira apresenta sinais de aceleração, mesmo que o setor externo não tenha um desempenho muito superior àquele apresentado no ano passado, as perspectivas para 2020 são mais favoráveis para o universo agro do que aquelas observadas no início de 2019.

Olhando para a pecuária de corte, esse setor está diante de uma ótima oportunidade de crescimento devido ao aquecimento da economia brasileira e à ampliação da demanda externa, com a abertura de novos mercados. Para aproveitar esse momento, além de buscar o aumento da produtividade, sem abrir mão da sustentabilidade ambiental, o setor precisa esforçar-se para realizar uma comunicação mais adequada, a fim de acabar com a desinformação dos agentes formadores de opinião, fator que tem contribuído para construir mitos e preconceitos sobre a produção e o consumo da carne brasileira. As respostas para as principais dúvidas relacionadas à pecuária de corte são apresentadas em um artigo assinado por um pesquisador da Embrapa Gado de Corte.

No setor de grãos, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) faz um balanço do desempenho das exportações de milho e soja e avalia pontos importantes para o desempenho

do setor, como o acordo comercial entre os Estados Unidos e a China, os canais para escoamento da produção e o tabelamento do frete rodoviário.

Na seção Abre Aspas, o deputado federal Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), faz uma avaliação geral dos acontecimentos em curso no Congresso Nacional e das pressões políticas crescentes previstas para este ano. Na avaliação de Moreira, a bancada ruralista teve forte evolução em 2019 porque houve um ambiente político favorável. Com isso, os parlamentares ganharam confiança para aumentar o trabalho e entregar uma produção competente no Congresso. Para 2020, o tema a ser trabalhado é o Brasil agroambiental, a partir do pensamento de que um agricultor, sem cuidar do meio ambiente, não será um produtor. Por isso, um ambientalista terá de respeitar o produtor de fato.

O Caderno Especial do mês destaca a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576/17, em reunião memorável realizada no Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O seu objetivo é ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes brasileira com base na previsibilidade e na sustentabilidade econômica, ambiental e social. Tudo isso para contribuir com a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) no País. O RenovaBio entrou em vigor em 26 de dezembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.102/19, que dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de GEE e instituiu o Comitê RenovaBio.

Por fim, decisões de política pública sobre energia para transporte e mobilidade estão sendo tomadas por meio de critérios de avaliação muitas vezes parciais, informações incompletas e ideias preconcebidas, sem uma avaliação científica mais rigorosa e sem levar em conta emissões geradas de forma mais completa. Isso tem ocorrido em várias situações e nos eventos mais prestigiados e relevantes do globo. Falta, portanto, um maior esclarecimento a respeito dos critérios de avaliação de GEE para a mobilidade. Por exemplo, considerando o critério de emissão "poço à roda", um veículo *flex* convencional movido a etanol emite 58 g CO_2 eq./km, contra 92 g CO_2 eq./km emitidos por um veículo elétrico a bateria na Europa. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: REVISTA AGROANALYSIS

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
ALCEU MOREIRA
O PRAZER DA ALIMENTAÇÃO DEVE SER SENTIDO POR TODA A SOCIEDADE

10 FRASES & COMENTÁRIOS

13 MACROECONOMIA
NECESSIDADE DE AVANÇOS

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA SETOR EXTERNO NÃO AJUDOU A BALANÇA COMERCIAL DO AGRO EM 2019

22 CAPA RENTABILIDADES MÉDIAS DO AGRONEGÓCIO EM 2019

24 AQUECE O COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA NA PROTEÍNA ANIMAL

26 IMPACTO DOS CICLOS DA PECUÁRIA

28 SUSTENTABILIDADE

28 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE EMISSÃO PARA ENERGIA EM TRANSPORTE

30 ADAPTAÇÃO DA AGROPECUÁRIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

31 GESTÃO

31 INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS DE MANEJO NA AQUICULTURA

33 CAPA COMUNICAÇÃO PARA A CADEIA PRODUTIVA DE CARNE BOVINA

35



CAPA **ANEC**
BALANÇO DA EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA

39



RENOVABIO
CONSTRUÇÃO E PROPOSTA DO RENOVABIO

45 FAESP
AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS

46 CROPLIFE
A DÉCADA DA EDUCAÇÃO DIGITAL NO CAMPO

47 DIÁRIO DE BORDO
AÇÃO PELA IMAGEM

48 PRODUZIR
UM FUTURO PROMISSOR

49 OPINIÃO
BONS VENTOS PARA O AGRO DE SÃO PAULO

50 REFLEXÃO
O AGRO PRECISA FALAR (DIFERENTE)

O PRAZER DA ALIMENTAÇÃO DEVE SER SENTIDO POR TODA A SOCIEDADE

ALCEU MOREIRA

Deputado federal (MDB/RS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Da Redação

O entrevistado faz uma avaliação geral dos acontecimentos em curso no Congresso Nacional durante a primeira gestão dos políticos eleitos em 2018 e das pressões políticas crescentes previstas para 2020.

VEREADOR, VICE-PREFEITO e prefeito de Osório-RS, deputado estadual e, atualmente, deputado federal (MDB/RS), Alceu Moreira deixava, em 19 de fevereiro de 2019, a vice-presidência da FPA para assumir a sua presidência.

ESTAMOS COM UMA BANCADA RURALISTA PRONTA PARA ATENDER OS ANSEIOS DO SETOR?

ALCEU MOREIRA: Com certeza. A bancada teve forte evolução qualitativa em 2019. Havia um ambiente político favorável e propício. Conseguimos fazer autocrítica para sabermos com confiança como ter capacidade para aumentarmos e entregarmos uma produção competente no Congresso. Para tanto, unimos os líderes partidários, porque a decisão de votar ou não votar na Câmara, além da vontade do presidente da Casa, depende da decisão dos líderes em colocarem o tema em pauta. Assim, ter a maioria dos líderes melhoraria o nosso resultado, e isso foi feito com sucesso.

Trabalhamos, também, na ampliação do número de senadores para estarem conosco nesse processo. Visitamos cada um deles, gabinete por gabinete. A realidade é distinta nas relações do Senado. Lá, os políticos não são contrários ao agro, mas, como foram eleitos por voto majoritário, com vida urbana, possuem, muitas vezes, dificuldades para compreender os assuntos. Adotamos uma maneira dedicada para sermos didáticos



ZECA RIBEIRO

TODOS OS ASSUNTOS IMPORTANTES DO AGRO ESTÃO PRONTOS PARA SER DISCUTIDOS NO CONGRESSO NACIONAL.

na transmissão das mensagens para eles. Então, cremos que, para este ano, teremos uma capacidade de entrega para vencermos a quantidade enorme de dificuldades que o setor enfrenta para ser eficiente e competitivo. Com certeza, teremos condições de concluir com sucesso essa tarefa.

CONSEGUIREMOS ACOMPANHAR E PRIORIZAR AS DEMANDAS EXISTENTES?

AM: Conseguiremos sim. Com uma vantagem adicional sobre isso: a FPA conta com o Instituto Pensar Agro (IPA), que reúne 46 instituições importantes para, do ponto de vista técnico, dar sustentação aos diversos setores do agro brasileiro. Agora, com a associação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), passamos, também, a dispor da sua bela estrutura técnica. Isso nos permitirá fazer análises dos processos legais, além de produzir textos muito mais qualificados para servirem de mediação nas nossas lutas e na segurança jurídica do agro brasileiro.

VEMOS PRIORIDADES NA PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTARES?

AM: Sim, pois a assiduidade dos parlamentares está muito ligada à eficiência da própria FPA. À medida que apresentarmos os resultados desejados, a vontade natural dos políticos será de ampliar e aprofundar suas participações. Inclusive, mesmo aqueles com vida de maior predominância urbana acabam percebendo a grande importância do agro na estrutura econômica e social do cotidiano nacional, de modo a trazer uma visão de maior profundidade sobre o setor.

HAVERÁ PROJETOS DO AGRO PARA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL?

AM: Já existem. São projetos importantes ligados à modernização da legislação ambiental e à dos defensivos agrícolas, à lei de fronteira, ao uso e à posse de terra por estrangeiros, entre outros. Todos esses assuntos já estão prontos para ser discutidos e votados. Estão inclusos, também, no marco regulatório das Parcerias Público-Privadas (PPPs) muitos itens e faces de interesse do agro, mas, na verdade, importantes para a sociedade brasileira como um todo.

É interessante ressaltar essa característica da FPA: em virtude de dispor de uma assessoria muito qualificada, os seus líderes acabam com ganhos de projeção e, não raro, são buscados para fazer relatoria de projetos qualificados, complexos e respeitáveis para vários setores da sociedade. É o caso das PPPs, de relatoria do deputado Arnaldo Jardim, que, certamente, servirá toda a sociedade a ser beneficiada.

TERMINOU O ROL DE PENDÊNCIAS?

AM: Não. As pendências nunca terminarão. Todos os dias, ocorrem demandas distintas a ser trabalhadas. O agro brasileiro convive de forma rotineira com o processo de modernização. A dinâmica do desenvolvimento, da pesquisa e da inovação garante, todos os dias, sem parar, capacidade de produção com anteparos e concorrência de mercado.

Há pessoas para colocar dificuldades seja na questão ambiental, territorial ou climática. Precisamos trabalhar sempre na construção de consensos e convergências para convencer as pessoas, para o agro ser mais competitivo e disruptivo. Não basta produzir com custos menores e maior volume para alimentar a nossa população interna; deve-se, também, produzir para ganhar e, efetivamente, permanecer nos mercados internacionais.

COMO TRABALHAR NA COMUNICAÇÃO E NA IMAGEM DO SETOR?

AM: Essa é uma questão à parte da lavoura que, por um longo tempo, deixamos de fazer. Ficamos muito preocupados em sair de trás da porteira e, depois, trabalhar o agronegócio em si. Crescemos muito nisso. Precisamos ficar do lado da sociedade urbana, alinhados aos novos hábitos de consumo, sem nos preocuparmos somente em nos defender, com trabalhos focados na comunicação e na imagem.

Fizemos muito no ano passado e teremos muito a fazer daqui para frente. Mas essa é a parte maior da lavoura que ainda se necessita fazer. Por incrível que pareça, a visão não vem da lavoura para a mesa, mas sim da mesa para a lavoura. Sentada na mesa com todas as delícias da alimentação à disposição, a pessoa precisa perceber de onde elas vieram, como foram produzidas e quem participou desse processo.

Esse prazer da alimentação em quantidade e qualidade deve ser sentido por toda a sociedade brasileira e de outros países do mundo. Talvez, essa seja uma falha na nossa mensagem que ainda temos,

> **“PRECISAMOS FICAR DO LADO DA SOCIEDADE URBANA, ALINHADOS AOS NOVOS HÁBITOS DE CONSUMO...”**

mas estamos no caminho de mudar isso. Não é uma coisa fácil. Com a participação de empresas atuantes no Brasil e nos mercados internacionais, teremos condições de produzir um quadro melhor de comunicação e imagem para o produto do agro brasileiro.

> **“PARTIMOS DO PENSAMENTO DE QUE UM AGRICULTOR, SEM CUIDAR DO MEIO AMBIENTE, NÃO SERÁ UM PRODUTOR.”**

EXCLUIREMOS DA CONVERSA O POLÊMICO TEMA AMBIENTAL?

AM: O tema ambiental não será mais polêmico. Partimos do pensamento de que um agricultor, sem cuidar do meio ambiente, não será um produtor. Por isso, um ambientalista terá de respeitar o produtor de fato. Então, o tema a ser trabalhado em 2020 é o Brasil agroambiental.

Preservamos 66% das nossas matas intactas. Ninguém possui legislação ambiental tão qualificada como a nossa. Temos produtores rurais bastante conscientes com relação a essa questão na agregação de valor, de importância e respeito às suas marcas. Portanto, a questão ambiental não será polêmica. Trata-se de um processo ainda de aprofundamento para que a sociedade do mundo saiba sobre a capacidade da produção agroambiental do Brasil.

EXISTE CORRELAÇÃO ENTRE RENDA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL?

AM: Com certeza. A renda possui uma relação inseparável com a agricultura sustentável. Cada dia mais, em função da força instantânea e da eficiência das redes sociais, as pessoas querem fazer o exercício de rastreabilidade da origem de seu consumo. Quando tivermos um sistema com absoluto respeito à questão ambiental, à saúde sanitária, à qualidade de produção e ao manejo – o jeito de produzir as coisas que consumimos –, vamos agregar valor aos nossos produtos. Esse processo será carregado de uma cara cultural. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a participação e a contribuição da jornalista Danielle Arouche, coordenadora de Comunicação do Instituto Pensar Agro (IPA)



FRASES & COMENTÁRIOS



MARCELO CAMARGO/ AGÊNCIA BRASIL

“Conforme as vocações e as capacidades das regiões do País, com conhecimento e tecnologia, precisamos fortalecer e promover produtos, serviços e empreendimentos inovadores.”

“Temos de embarcar tecnologia no agronegócio, dada a responsabilidade com a segurança alimentar do nosso País e das mais de 160 nações paras as quais exportamos.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“Os bons resultados obtidos em 2019 na carne bovina relacionam-se de forma direta com o aumento das vendas em mercados já consolidados, a exemplo de China, Emirados Árabes e Rússia.”

“Os consumidores aceitam, reconhecem e confiam nos padrões de qualidade da produção nacional, que demonstram boa competitividade no exterior.”

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

“A crise sanitária decorrente da febre suína no continente asiático reconfigurou o comércio internacional de proteína animal. Estamos diante de uma conjuntura favorável para o aumento das vendas brasileiras.”

“...[a febre suína] influenciou o aumento no fluxo das exportações de carne de frango, em especial para a Ásia e o Oriente Médio.”

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

“A queda de desempenho nas vendas de máquinas agrícolas decorreu do esgotamento dos recursos de programas de financiamento, como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), antes do término da safra.”

“Com a falta de previsibilidade sobre a disponibilidade de crédito rural e a taxa de juros para financiar as aquisições dos produtores, os negócios ficaram praticamente paralisados.”

LUIZ CARLOS MORAES, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)



SHUTTERSTOCK

"A renovação das frotas pelas transportadoras melhorou as vendas de caminhões."

"Investimento em veículos novos deixa a relação mais alta no custo-benefício, pois as peças possuem maior durabilidade e os reparos ficam menos recorrentes."

ROBERTO LEONCINI, vice-presidente de Vendas e Marketing de Caminhões e Ônibus da Mercedes-Benz do Brasil

"Como esperamos reverter o resultado negativo em 2020, a ANFAVEA projeta que a produção de máquinas deverá alcançar 45 mil unidades, com acréscimo sobre 2019 (2,9%)."

ALFREDO MIGUEL NETO, vice-presidente da ANFAVEA para a área de Máquinas



DIVULGAÇÃO

Ninguém compra caminhão porque mudou o modelo e a cor, mas sim pelo fato de existirem frete e mercadoria para ser transportada. Isso sinaliza uma economia em andamento."

"Os caminhões pesados e extrapesados são mais procurados pelo agronegócio por serem feitos para transporte de cargas maiores, para distâncias longas."

GUSTAVO BONINI, vice-presidente da ANFAVEA



Cooperativas paulistas fazem o agro mais forte

O Estado de São Paulo conta com 138 cooperativas, que reúnem mais de 136 mil produtores rurais cooperados.

Líderes na produção de:

Flores
Amendoim
Café
Trigo

Grande relevância nas cadeias de:

Leite
Frutas e sucos
Hortaliças
Soja
Milho
Ovos



Além disso, as cooperativas também são fundamentais na comercialização de insumos e na difusão de tecnologia e assistência técnica, contribuindo para o sucesso do agronegócio paulista.

Temos orgulho de trabalhar pelo desenvolvimento das cooperativas no Estado de São Paulo. Somos o Cooperativismo Paulista. #Somos Coop

www.sescoopsp.coop.br

facebook.com/sistemaocesp @sistemaocesp Sistema Ocesp

SESCOOP/SP
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

NECESSIDADE DE AVANÇOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O FIM de 2019 foi relativamente melhor do que o esperado para a economia brasileira. A atividade econômica demonstrou um grau de recuperação ligeiramente acima do previsto. As vendas no comércio varejista foram melhores do que o projetado para o período, e a taxa de desemprego apresentou um ligeiro recuo. Tudo indica que o Produto Interno Brasileiro (PIB) registrou um crescimento em torno de 1% no ano passado, ficando acima das expectativas formadas algum tempo atrás.

O comportamento da economia no último trimestre do ano passado trouxe perspectivas mais positivas para 2020. As projeções para o crescimento econômico deste ano apontam para uma variação positiva da ordem de 2,5%. Esse não é um resultado espetacular, pois a taxa de crescimento econômico global situa-se em torno de 3,0% neste ano. Em outras palavras, a economia brasileira deverá (mais uma vez) registrar uma taxa de crescimento do PIB inferior à da média mundial.

De qualquer forma, caso o resultado de 2020 se confirme, ele deve ser comemorado, pois representará o melhor resultado desde 2015. Vale lembrar que, desde esse ano, a economia brasileira vivenciou uma profunda recessão. A renda registrou um forte recuo nos anos seguintes, e o desemprego aumentou consideravelmente. Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma melhora, mas o crescimento ainda tem permanecido relativamente baixo.

A melhora na atividade econômica no final do ano passado deveu-se a diferentes fatores. A taxa de juros seguiu em queda ao longo de 2019, com a taxa básica de juros – Selic – atingindo o menor patamar desde a implementação do real, em fins de junho de 1994. A flexibilização da política monetária tem representado um importante fator no sentido de estimular a economia brasileira pelo lado da demanda. No entanto, o elevado grau relativo de endividamento das famílias brasileiras ainda representa um elemento que atua no sentido de frear esse estímulo. De qualquer forma, as indicações são de que não deverão ocorrer novas quedas expressivas na taxa de juros neste ano. Isso decorre do fato de que a inflação brasileira, ainda que se situe em um patamar próximo à meta, deu sinais de elevação nos últimos meses, o que limita o espaço para novas reduções da taxa de juros mais adiante.

Outro fator de estímulo à economia brasileira que se deu no final do ano passado foi a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso permitiu algum estímulo ao consumo das famílias nos últimos meses de 2019. Nesse sentido, a medida do governo, diferentemente da liberação pontual das contas inativas do FGTS durante o governo Temer, gerará estímulos contínuos ao longo deste ano, por meio da criação da modalidade saque-aniversário. Esse tipo de medida permitirá, por meio desses saques, estímulos ao consumo ao longo do ano.

A melhora da economia brasileira está intimamente associada à prática de uma política econômica sólida, que respeita os fundamentos macroeconômicos de manter a inflação baixa, busca a melhoria das contas públicas e respeita o regime de taxa de câmbio flutuante.

A reforma do sistema previdenciário realizada em 2019 representou um importante passo na direção do ajuste fiscal brasileiro. No entanto, essa reforma representou apenas um passo na direção de outras reformas essenciais. A reforma tributária é essencial no sentido de promover avanços na modernização da economia brasileira. O mesmo é válido no âmbito da reforma administrativa, que é essencial no sentido de promover um aumento da produtividade do setor público.

De qualquer forma, o calendário eleitoral de 2020 torna o ano parlamentar relativamente curto, e o Governo deverá dedicar-se a esses temas com maior intensidade caso deseje avançar nessas reformas essenciais para a economia brasileira. Caso isso não ocorra, é bem provável que essas reformas só sejam levadas adiante no próximo ano. ■

CHINA ALAVANCA DEMANDA BOVINA

Impulsionadas pela demanda chinesa, as exportações brasileiras de carnes bovinas fecharam 2019 com novo recorde de volume e faturamento. Em relação a 2018, cresceram tanto em quantidade (+12,4%), como em receita (+15,5%). Esse resultado supera as projeções realizadas e consolida o ritmo de incremento dos negócios brasileiros puxados pela demanda chinesa. Em 2019, as exportações para a China e Hong Kong somaram 717.271 mil toneladas, contra 836.952 mil no ano anterior.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA

ANO	Produção (mil toneladas)	Exportação	
		Mil toneladas	US$ milhões
2010	8.782	1.229	4.814,00
2011	8.448	1.096	5.376,00
2012	8.751	1.240	5.842,00
2013	9.601	1.503	6.658,00
2014	9.106	1.535	7.171,00
2015	8.528	1.355	5.938,00
2016	8.716	1.351	5.515,00
2017	8.923	1.479	6.284,00
2018	9.215	1.643	6.572,00
2019	8.983	1.847	7.590,00

Fonte: MAPA; SECEX; IBGE; ABIEC

CRESCEM OS EMBARQUES DE FRANGO

As exportações brasileiras de carne de frango, na soma de produtos *in natura* e processados, tiveram saldo positivo em volume e receita em 2019. A China assumiu a liderança entre os destinos internacionais da carne de frango nacional, com importações de 585,3 mil toneladas (+34%). Também na Ásia, o Japão incrementou as suas compras para 4.242 mil toneladas (+7%). No Oriente Médio, os Emirados Árabes Unidos e o Iêmen destacaram-se, com importações, respectivamente, de 341,1 mil toneladas (+10%) e 105,9 mil toneladas (+24%).

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO

ANO	Produção (mil toneladas)	Exportação	
		Mil toneladas	US$ milhões
2010	12.312,30	3.819,70	6.808,00
2011	12.863,20	3.917,60	8.253,00
2012	12.661,90	3.917,60	7.703,00
2013	12.663,00	3.891,70	7.967,00
2014	12.945,90	3.995,20	7.933,00
2015	13.546,50	4.225,10	7.071,00
2016	13.523,40	4.308,60	6.762,00
2017	13.612,20	4.234,10	7.139,00
2018	13.288,60	4.017,10	6.479,00
2019	14.203,10	4.212,00	6.994,00

Fonte: MAPA; APINCO; SECEX; IBGE; ABPA

RECORDE NA EXPORTAÇÃO DE SUÍNOS

As exportações de carne suína *in natura* e processada alcançaram quantidade recorde em 2019. O destaque vem das vendas para a Ásia, impulsionadas pelo surto de peste suína africana (PSA). A China assumiu o primeiro lugar nas importações, com aquisições de 248,8 mil toneladas. Também o Vietnã aumentou as suas compras, importando 13,54 mil toneladas. Na América do Sul, o Uruguai e o Chile encomendaram, respectivamente, 40,48 mil e 44,55 mil toneladas. O mês de dezembro registrou a maior quantidade histórica no embarque de mercadorias do setor.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA

ANO	Produção (mil toneladas)	Exportação	
		Mil toneladas	US$ milhões
2010	3.262	540	1.341,00
2011	3.397	516	1.435,00
2012	3.488	581	1.495,00
2013	3.422	517	1.359,00
2014	3.627	505	1.606,00
2015	3.676	555	1.279,00
2016	3.731	732	1.483,00
2017	3.804	697	1.626,00
2018	3.973	646	1.210,00
2019	4.054	750	1.597,00

Fonte: MAPA; SECEX; IBGE; ABPA

RECUPERAÇÃO NOS PREÇOS DO CAFÉ

Para a temporada 2020/21, a produção deve ficar perto de 60 milhões de sacas no mercado interno, abaixo, portanto, da quantidade registrada na temporada anterior. Para o balanço mundial, aguarda-se uma diferença negativa, ou seja, oferta abaixo da demanda. Altas temperaturas e baixos índices pluviométricos durante a florada dos cafezais, concentrada em outubro de 2019, resultaram em perdas de flores e chumbinhos, tanto nas lavouras de Arábica, quanto nas de Robusta, respectivamente com produção prevista para maio e abril. Depois da cotação ficar abaixo de 100,00 centavos de dólar por libra-peso e passar de 120 centavos de dólar entre novembro e dezembro, os produtores ficaram mais animados.

BRASIL: PRODUÇÃO DE CAFÉS ARÁBICA E CONILON
(MILHÕES DE SACAS)



Fonte: Conab (dezembro de 2019)

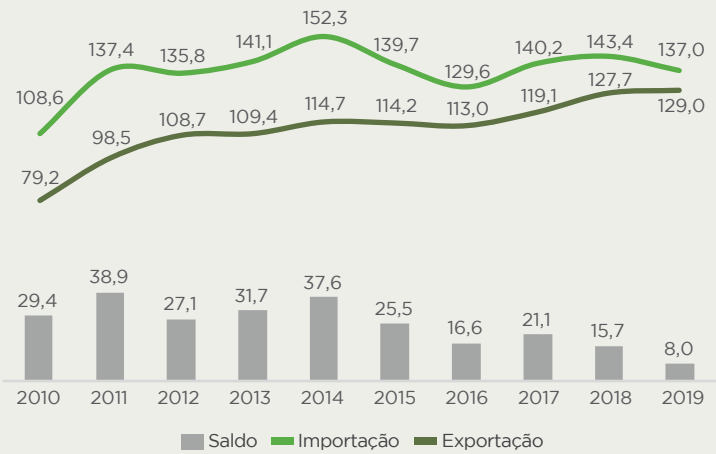
RECURSOS PARA PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) autorizou um pedido do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para remanejar os recursos de custeio para investimento devido a uma maior demanda de crédito do Plano Safra 2019/2020. Foram beneficiados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) com, respectivamente, R$ 874 milhões e R$ 614 milhões. O Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) e o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) também foram contemplados, com volumes menores. As instituições financeiras que operam com recursos equalizáveis são: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sicredi e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob).

QUEDA NAS EXPORTAÇÕES NORTE-AMERICANAS

As exportações norte-americanas atingiram o mais baixo valor histórico do ano fiscal (novembro a outubro) em 2019. Até 2017, mais de metade dos embarques ficaram concentrados basicamente em quatro países: China, Canadá, México e Japão. O saldo comercial voltou aos níveis de meados da década de 2000. Se não fosse a quebra de safra interna, principalmente nas culturas de milho e soja devido a problemas climáticos, os problemas de carregamento de estoques abundantes seriam dramáticos. As negociações com os chineses quanto à compra de US$ 50 bilhões anuais em *commodities* agrícolas foram positivas para os Estados Unidos (EUA), mas aconteceram um tanto tarde.

EUA: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

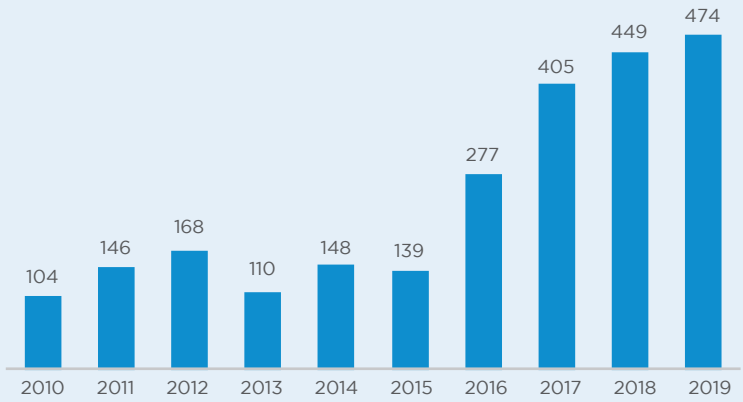


Fonte: Conab (dezembro de 2019)

AUMENTAM OS REGISTROS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

O número de registros cresceu nos últimos três anos, ficando concentrado em produtos genéricos formulados prontos para serem entregues aos produtores em 2016 (219), 2017 (219) e 2018 (252) e produtos técnicos destinados a uso industrial. Somente três ingredientes ativos novos foram liberados: fluoripam (fungicida), dinotefuran (inseticida) e florpirauxifenbenzil (herbicida). Existem 44 moléculas com inovação (menores toxidez e impacto ambiental) na fila de espera para aprovação tripartite do MAPA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

BRASIL: REGISTRO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

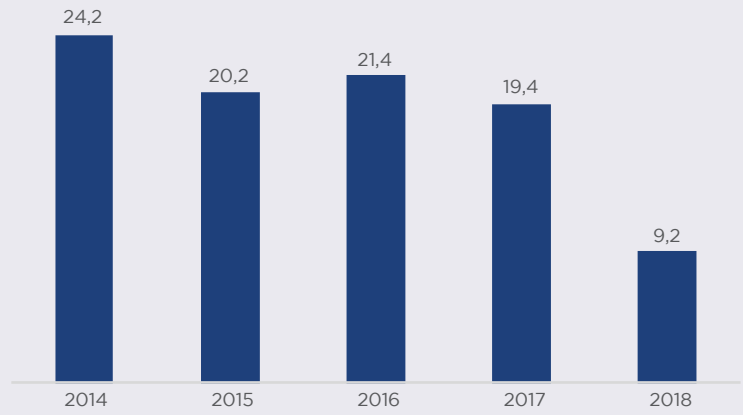


Fonte: MAPA

ACORDO COMERCIAL ENTRE OS EUA E A CHINA

As compras e as vendas de produtos agropecuários podem ser consideradas pequenas quando comparadas ao tamanho do comércio desenvolvido entre os dois países, em torno de US$ 600 bilhões. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), as aquisições de bens do campo feitas pela China ficaram em US$ 22 bilhões na média de 2013 a 2017, tendo somente a soja representado US$ 12 bilhões. O presidente Trump mira chegar à meta de US$ 50 bilhões, tendo em vista o potencial de consumo dos chineses, principalmente depois do surto de peste suína em seu território. O acordo anunciado entre os dois países em janeiro último necessitará de um trabalho de médio e longo prazos.

CHINA: IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS EUA
(US$ BILHÕES)



Fonte: USDA

RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 100

Volta e meia, esse assunto retorna nos últimos anos, porque o prazo de vigência de renovação do seu contrato tem ficado menor. Com a crise econômica enfrentada pelo País, a busca de recursos financeiros por parte dos governos federal, estaduais e municipais passou a ter prioridade. Agora, a validade do Convênio ICMS nº 100/97, que reduz em 60% os impostos na compra dos insumos, encerra em 30 de abril próximo. De muita importância para o agronegócio, a medida precisa ter aprovação unânime entre os secretários das Secretarias Estaduais da Fazenda. As discussões prosseguem. Tendo como base as experiências ocorridas nas rodadas de negociação anteriores, as decisões ocorreram em data bem próxima do limite de vencimento.

AGRO EMPURRA VENDA DE CAMINHÕES

Em continuidade ao movimento de recuperação registrado nos últimos quatro anos, o mercado de caminhões, mais uma vez, apresentou alta nas vendas em 2019. De acordo com os dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as entregas tiveram maior volume (33,3%) em relação ao anotado em 2018. Esse resultado foi o melhor número registrado desde 2014, quando os licenciamentos chegaram a 137 mil. Na participação no mercado total, seguem como protagonistas da retomada da comercialização os pesados (51,1%), na frente dos semipesados (22,9%), que são mais demandados pelo agronegócio.

BRASIL: VENDA DE CAMINHÕES

MODELO	2018		2019		Var. %
	Unidades	Part. %	Unidades	Part. %	
Pesado	34.785	45,8	51.718	51,1	48,7
Semipesado	17.869	23,5	23.227	22,9	29,9
Meio	7.675	10,1	10.069	9,9	31,1
Leve	11.544	15,2	11.242	11,1	97,4
Semileve	4.121	5,4	5.079	5,0	23,2
TOTAL	**75.994**	**100,0**	**101.335**	**100,0**	**33,3**

Fonte: ANFAVEA

EXPECTATIVA PARA O MERCADO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Apesar da produção recorde na safra 2018/19 (de julho de 2018 a junho de 2019), de 242,1 milhões de toneladas de grãos, o mercado de máquinas encerrou o ano passado com uma queda de vendas (-8,4%), com 43,7 mil unidades entregues ante 47,7 mil negociadas em 2018. Foi o único segmento automotivo a apurar declínio. Nesse balanço negativo, pesou o esgotamento dos recursos do crédito rural antes do encerramento do Plano Safra 2018/2019. Houve um contingenciamento nas dotações do BNDES para as linhas de financiamento para o setor.

Com o impacto da queda no mercado interno, o chão de fábrica do segmento finalizou 2019 com retração na produção de máquinas (-19,1%) em relação ao ano anterior, de 65,6 mil unidades para 53,1 mil. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) projeta uma recuperação, com crescimento da produção para 56,5 mil unidades em 2020 (5,4%).

BRASIL: VENDAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

ANO	Trator		Colheitadeira		Retroescavadeira	TOTAL
	Roda	Esteira	Grãos	Cana		
2013	77.597	2.337	10.106	1.460	8.950	**100.450**
2014	64.793	2.765	7.623	1.025	5.581	**81.787**
2015	44.349	1.413	3.889	676	4.449	**54.776**
2016	43.442	1.152	4.889	870	2.876	**53.229**
2017	41.093	2.107	5.513	1.039	3.291	**53.043**
2018	38.803	466	5.759	643	2.060	**47.731**
2019	33.137	553	5.580	649	3.816	**43.735**

Fonte: ANFAVEA

SETOR EXTERNO NÃO AJUDOU A BALANÇA COMERCIAL DO AGRO EM 2019

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

De forma geral, o setor externo não foi uma fonte de crescimento para a economia brasileira em 2019. A recuperação da economia nacional, ao longo do segundo semestre do ano passado, veio muito mais pelo aquecimento do mercado interno do que pela aceleração do comércio internacional. Para o agronegócio brasileiro, a dinâmica foi muito semelhante, salvo algumas exceções, como as agroindústrias de proteína animal.

DE ACORDO com o levantamento do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o agronegócio brasileiro fechou o ano de 2019 com um superávit comercial de US$ 67,9 bilhões – os números estimados pelo FGV Agro são diferentes daqueles divulgados oficialmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois consideram itens diferentes na pauta de importação e exportação.

Apesar do saldo positivo, a balança comercial do setor registrou uma contração de 6,1% em relação a 2018. A expressiva retração do saldo foi ocasionada, principalmente, pela queda das exportações (-3,9%), embora a ligeira expansão das importações (+0,9%) também tenha contribuído para esse cenário.

Contudo, o agronegócio não é uma unidade homogênea, e, portanto, os setores que o compõem apresentam dinâmicas distintas. Diante disso, a questão que surge é: qual foi o desempenho das exportações e das importações dos setores do agronegócio brasileiro em 2019?



SHUTTERSTOCK

EXPORTAÇÕES DENTRO DA PORTEIRA: SOJA EM BAIXA E MILHO EM ALTA

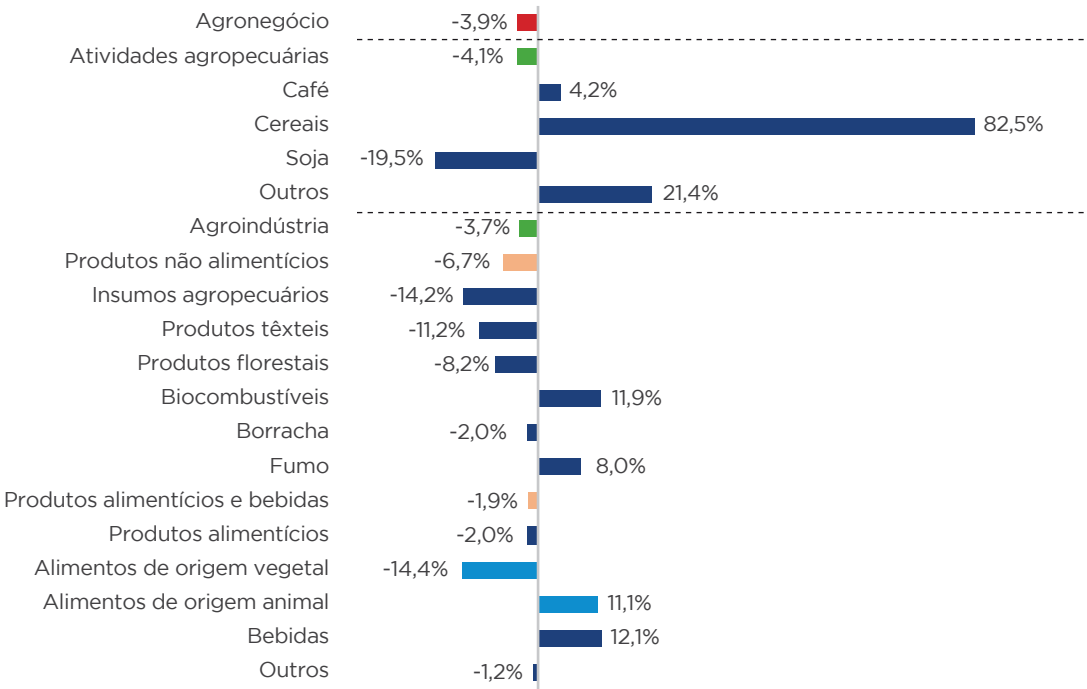
A contração das exportações do agronegócio (-3,9%) foi puxada tanto pelos embarques das atividades agropecuárias, que se retraíram em 4,1% no ano, quanto pelos setores agroindustriais, que apresentaram uma queda de 3,7%.

Dentro das atividades agropecuárias, o setor de soja, responsável por 60,5% do valor exportado pelas atividades "dentro da porteira", registrou uma contração de 19,5% dos seus embarques, puxando, portanto, as exportações do setor para baixo. A queda das vendas externas de soja é uma consequência dos impactos da peste suína africana sobre a suinocultura chinesa.

As exportações brasileiras de cereais (essencialmente, milho), por sua vez, destacaram-se positivamente em 2019, com expansão de 82,5%. Isso ocorreu por conta de problemas enfrentados pelo seu principal concorrente na oferta mundial de milho: os Estados

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO E DOS SEUS SETORES EM 2019

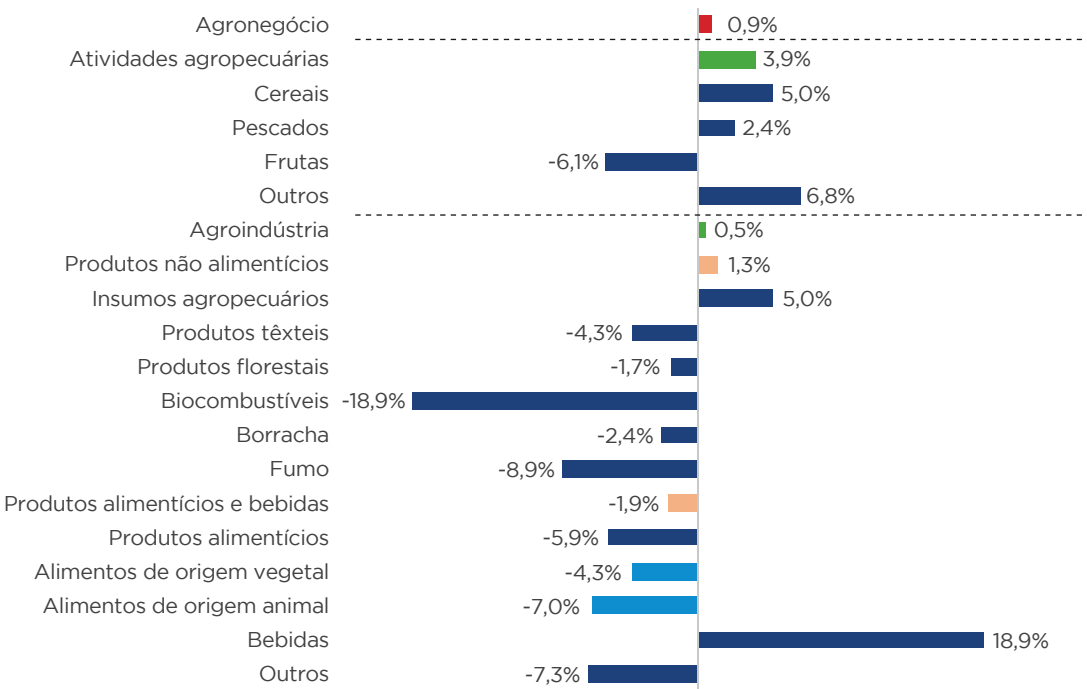
(VARIAÇÃO ANUAL DO VALOR (US$) EXPORTADO EM %)



Fonte: MDIC

IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO E DOS SEUS SETORES EM 2019

(VARIAÇÃO ANUAL DO VALOR (US$) IMPORTADO EM %)



Fonte: MDIC

Unidos (EUA). Os produtores de milho norte-americanos iniciaram a safra em condições ruins, o que ocasionou o atraso no plantio, e isso fez com que uma forte redução na produção tenha sido esperada. Na expectativa de preços melhores, os produtores dos EUA seguraram a oferta do produto. Porém, a produção foi boa, não ocorreu a quebra de safra, e os produtores perderam a época ideal de vendas.

Diante dessa conjuntura, os importadores tradicionais dos EUA, como Japão e Irã, procuraram outros mercados, como o do Brasil. Isso fez com que o Japão se tornasse, em 2019, o maior importador do milho brasileiro, sendo que ele não estava nem entre os dez principais destinos do nosso cereal em 2018. Junto à questão da produção norte-americana, a safra de milho no Brasil foi recorde, o que gerou um excedente exportável.

EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS: CELULOSE E AÇÚCAR EM BAIXA E CARNES EM ALTA

A agroindústria foi puxada para baixo tanto pelo segmento de produtos não alimentícios (-6,7%), quanto pelo de produtos alimentícios e bebidas (-1,9%). O segmento de produtos não alimentícios foi impactado negativamente pela queda das exportações de produtos florestais (que representam 21,6% da pauta exportadora agroindustrial), que sofreram uma contração significativa de 8,2%. A contração das vendas externas de produtos florestais deve-se à redução das importações realizadas pela China (principal importador do setor), que registrou uma contração de 4,5% nas suas compras por conta das altas dos estoques causadas pela desaceleração da economia chinesa.

Os únicos setores do segmento de produtos não alimentícios que apresentaram expansão de suas exportações no ano foram os de fumo (+8,0%) e biocombustíveis (+11,9%), porém a participação desses setores na pauta exportadora é relativamente baixa (conjuntamente, responderam por 5,5% do valor total exportado pela agroindústria), fazendo com que essa expansão não apresente "força" suficiente para compensar a queda das exportações dos demais setores.

O segmento de produtos alimentícios e bebidas, por sua vez, foi puxado para baixo pelo setor de alimentos de origem vegetal, que registrou uma contração de 14,4% nas suas vendas externas, impactado negativamente pela contração de vendas de sucos de laranja, farinha e farelo de soja e refino de açúcar.

Entretanto, as exportações do setor de alimentos de origem animal cresceram 11,1% no ano, puxadas, principalmente, pelas vendas de carnes bovina (alta de 14,8%) e suína e de aves (12,2%). O aumento das exportações de carnes é mais um reflexo do surto de peste suína africana que assolou os países asiáticos, notadamente a China, e que, apesar de ter contraído as exportações de soja, aumentou as vendas externas de carnes para esses destinos. No entanto, o aumento das exportações de carnes não foi suficiente para compensar a queda das vendas externas de soja.

IMPORTAÇÕES: TRIGO E INSUMOS EM ALTA

O aumento das importações do agronegócio brasileiro foi puxado tanto pelas atividades agropecuárias (+3,9%), quanto pela agroindústria (+0,5%), já que ambas apresentaram expansão das suas compras externas.

Dentro das atividades agropecuárias, o setor que puxou o aumento das importações foi o de cereais (basicamente, trigo), cuja expansão foi de 5,0% no ano. A expansão das compras do principal setor da pauta importadora das atividades agropecuárias brasileiras, representando 44,0% do valor importado, foi por conta da safra ruim ocasionada por fatores climáticos, o que reduziu a produção interna e aumentou a necessidade de comprar no mercado externo.

Dentro da agroindústria, o único setor que puxou as importações para cima foi o de insumos agropecuários. Esse setor, além de ser o que mais importa dentro da agroindústria, correspondendo a 50,0% do valor total importado, registrou um crescimento expressivo de 5,0% no ano. A expansão das compras externas do setor de insumos agropecuários é um indicativo de que os produtores brasileiros estão se preparando para a próxima safra, que, possivelmente, será recorde.

CENÁRIO PARA 2020 MAIS FAVORÁVEL DO QUE A FOTOGRAFIA DE 2019

Assim como para a economia brasileira, o agronegócio brasileiro, em 2019, também encontrou no mercado interno uma fonte maior de dinamismo do que no setor externo. Esse cenário não deve ser muito diferente para o ano de 2020. Apesar disso, como a economia brasileira está apresentando sinais de aceleração, mesmo que o setor externo não tenha um desempenho muito superior àquele apresentando no ano passado, as perspectivas para 2020 são mais favoráveis para o universo agro do que aquelas observadas no início de 2019. ■

1Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

AGRONEGÓCIO GARANTE BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL

DA REDAÇÃO

Quando se traça uma análise da balança comercial do Brasil, segundo dados oficiais do MAPA, salta aos olhos a contribuição do agronegócio para a economia nacional no período de 2010 a 2019. A balança comercial do País apurou resultado positivo pelo menos nos dez últimos anos graças ao agro. Esse desempenho gera um expressivo excedente de divisas para o País.

Em valor, o seu nível máximo da balança foi registrado em 2018 (US$ 88,2 bilhões), e o mínimo, em 2010 (US$ 63,0 bilhões) – uma média de US$ 78,2 bilhões positivos, contra uma média de US$ 46,8 bilhões de saldo negativo dos demais setores da economia.

Recentemente, novos mercados externos foram abertos e foi ampliado o espaço para o agro no continente asiático, graças a problemas sanitários. Para fortalecer esse caminho do crescimento, serão necessárias políticas públicas para o agro. Durante a gestão do presidente Bolsonaro, a grande prioridade consiste em aportar recursos com juros compatíveis para atender a demanda crescente de capital de giro em custeio, investimento e comercialização a cada ciclo de produção. Para o triênio 2020-2021-2022, serão necessários aproximadamente R$ 500 bilhões. Essa cifra parte das projeções do MAPA para a safra 2021/22.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

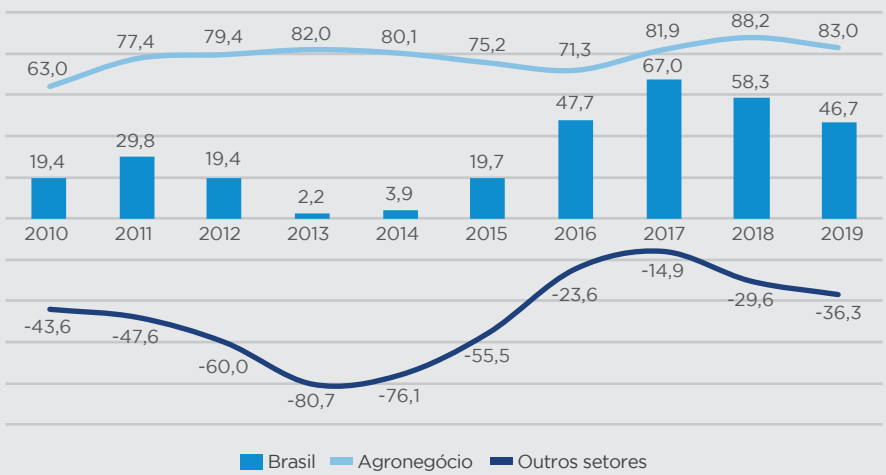
(US$ BILHÕES)

ANO	Brasil			Agronegócio			Outros		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2010	201,1	181,7	19,4	76,4	13,4	63,0	124,7	168,3	-43,6
2011	256,0	226,2	29,8	94,9	17,5	77,4	161,1	208,7	-47,6
2012	242,5	223,1	19,4	95,8	16,4	79,4	146,7	206,7	-60,0
2013	241,2	239,0	2,2	99,9	17,0	82,0	141,3	222,0	-80,7
2014	225,1	221,1	3,9	96,7	16,6	80,1	128,4	204,5	-76,1
2015	191,1	171,4	19,7	88,2	13,0	75,2	102,9	158,4	-55,5
2016	185,2	137,5	47,7	84,9	13,6	71,3	100,3	123,9	-23,6
2017	217,7	150,7	67,0	96,0	14,1	81,9	121,7	136,6	-14,9
2018	239,3	181,2	58,3	101,7	14,0	88,2	137,6	167,2	-29,6
2019	224,0	177,3	46,7	96,8	13,8	83,0	127,2	163,5	-36,3
TOTAL	**2.223,2**	**1.909,2**	**314,1**	**931,3**	**149,4**	**781,5**	**1.291,9**	**1.759,8**	**-467,9**

Fonte: SECEX

EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

(US$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

RENTABILIDADES MÉDIAS DO AGRONEGÓCIO EM 2019

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

As rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital são objetos de análise anual pela Scot Consultoria. Mais uma vez, a produção e o arrendamento para cana foram as atividades mais rentáveis. As expectativas são positivas para 2020, devido à perspectiva de aumento da demanda interna, consequência do aquecimento da economia.

OS MODELOS econômicos de cálculo levam em consideração fatores estimados para cada negócio conforme o nível tecnológico, tais como coeficientes técnicos, localização e estrutura produtiva. Assim, as conclusões apuradas podem ter significativa variação conforme a alteração dos índices produtivos.

Entre os indicadores econômicos analisados, o ouro e o Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) apresentaram, no ano passado, as maiores rentabilidades, com taxas de 33,6% e 31,6% respectivamente.

As perspectivas mais favoráveis com respeito à recuperação econômica do País impactaram de maneira positiva os investimentos no mercado de ações. No caso do ouro, a valorização decorreu do cenário de incertezas na economia mundial, em especial diante dos desdobramentos da briga comercial entre os Estados Unidos (EUA) e a China.

No rol das atividades analisadas, destacaram-se o arrendamento em regiões de cana (7,39%) e a produção/fornecimento de cana (7,20%). Na sequência, aparece a pecuária de corte (ciclo completo), com aplicação crescente de tecnologia (6,04%), na frente da produção de grãos anuais, como soja e milho (5,40%). É importante frisar que os cálculos se basearam em valores médios anuais, o que acabou por diluir as fortes valorizações no preço da arroba bovina no último bimestre de 2019. Do mesmo modo, as altas da soja e do milho ocorridas no segundo semestre foram diluídas na média anual.

Mais uma vez, a pecuária leiteira teve um ano ruim em termos de resultados, principalmente os sistemas menos tecnificados. A demanda interna fraca conteve possíveis altas de preços do leite ao produtor. A rentabilidade média para um sistema com aplicação crescente de tecnologia (25 mil litros/hectare/ano) foi de 0,90%, enquanto a atividade com baixa tecnologia (média de 4,5 mil litros/hectare/ano) teve resultado negativo, de -7,90%. Foi o oitavo ano consecutivo de prejuízo para o produtor de leite.

Pode-se ver na tabela as rentabilidades agropecuárias e os indicadores econômicos em 2019 e um comparativo ao ano anterior. Deve-se observar que, tanto na pecuária de corte, como na pecuária de leite, os resultados foram melhores em 2019 em relação a 2018. É importante destacar que, apesar dos preços de venda mais altos, os custos de produção pesaram mais no caso da arroba do boi gordo e do leite, especialmente no segundo semestre. Desta forma, a estratégia de compra dos insumos, como o milho e o farelo de soja, teve papel importante nos resultados dessas atividades.

COMO AVALIAR A RENTABILIDADE

A rentabilidade expressa o retorno sobre o capital total investido. Assim, para este artigo, a rentabilidade das atividades agropecuárias foi calculada dividindo-se o lucro operacional pelo valor total dos ativos empregados na produção, com o valor da terra incluso.

A rentabilidade deve ser comparada à taxa livre de risco do mercado, que é igual à Selic (taxa básica de juros) descontada a inflação. Essa é a taxa mínima que o produtor deve aceitar ao tomar a decisão de investir na produção. Como qualquer atividade agropecuária envolve riscos, o ideal é que a rentabilidade esperada seja maior do que a taxa livre de risco, ou seja, o produtor deve buscar um "prêmio" ao assumir o risco da produção.

Tomando como base o conceito de rentabilidade descrito até aqui, a taxa livre de risco foi de 2,1% em 2019. Assim, a maior parte das atividades agropecuárias analisadas apresentou, na média, um retorno acima da taxa livre de risco. Esse fato é novo e altera muito o raciocínio econômico do setor. Historicamente, a taxa livre de risco sempre foi alta, devido a uma alta Selic; por exemplo, era de 4,3% há cinco anos e de 9,9% em 2000.

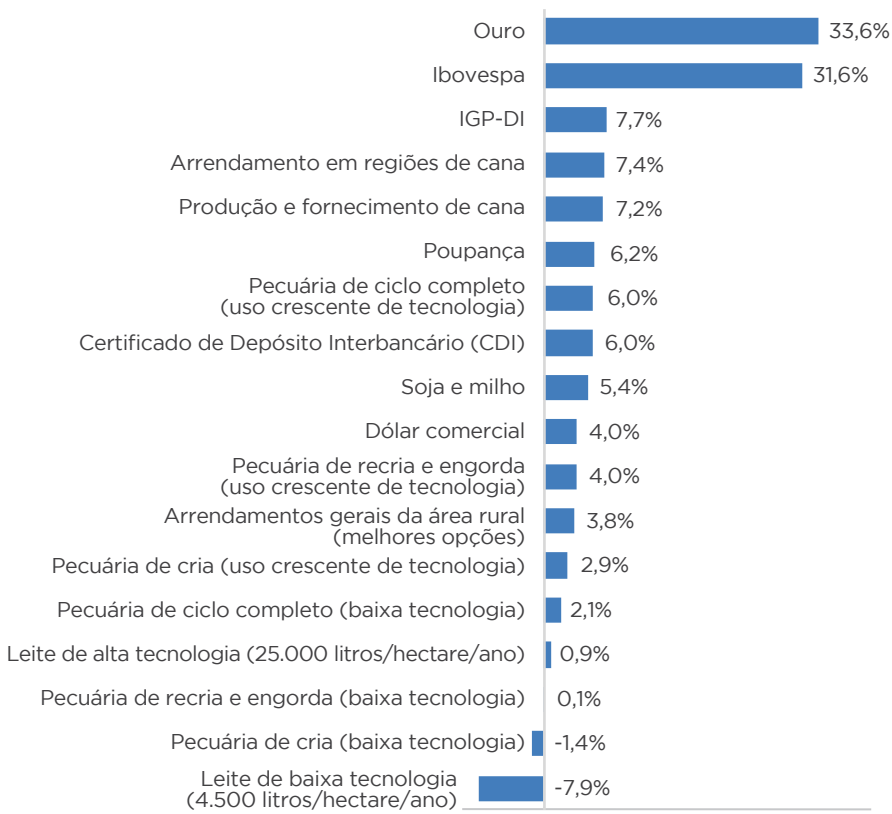
Nessa nova fase de juros baixos, várias atividades do agronegócio ficaram financeiramente atrativas.

RENTABILIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS EM 2018 E 2019*

ÍNDICES/INVESTIMENTOS	2018	2019
Ouro	11,43%	33,60%
Ibovespa	15,03%	31,58%
Arrendamento em regiões de cana	7,44%	7,39%
Produção e fornecimento de cana	7,11%	7,20%
Poupança	6,17%	6,17%
Pecuária de ciclo completo (uso crescente de tecnologia)	4,51%	6,04%
Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	6,42%	5,97%
Soja e milho	4,70%	5,43%
Dólar comercial	18,51%	4,02%
Pecuária de recria e engorda (uso crescente de tecnologia)	3,59%	4,01%
Arrendamentos gerais da área rural (melhores opções)	3,12%	3,78%
Pecuária de cria (uso crescente de tecnologia)	2,19%	2,86%
Pecuária de ciclo completo (baixa tecnologia)	1,59%	2,15%
Leite de alta tecnologia (25.000 litros/hectare/ano)	0,15%	0,91%
Pecuária de recria e engorda (baixa tecnologia)	-0,23%	0,08%
Pecuária de cria (baixa tecnologia)	-1,80%	-1,43%
Leite de baixa tecnologia (4.500 litros/hectare/ano)	-9,45%	-7,90%

*Rentabilidade das atividades agropecuárias calculada pela divisão do lucro operacional pelo valor dos ativos, incluindo a terra
Fonte: Scot Consultoria

RENTABILIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS EM 2019



Fonte: Scot Consultoria

Outro ponto importante é a diferença entre os resultados verificados para as atividades pecuárias (corte e leite) de baixa e alta tecnologias, o que reforça a necessidade de melhorias dos indicadores zootécnicos por meio do uso de tecnologia, planejamento e estratégias de compra e comercialização.

EXPECTATIVAS PARA 2020

Para este ano, as expectativas são positivas com relação à melhoria da demanda interna, o que deverá favorecer os mercados de carne e leite em termos de preços e receita.

Do lado das exportações, o cenário também é positivo no caso das carnes, devido à redução do plantel de suínos na China e à demanda firme por esse país asiático, além de outros potenciais clientes brasileiros. Para o leite, a abertura dos mercados chinês e egípcio e o acordo com a União Europeia representam uma maior possibilidade de escoamento da produção de lácteos, mas isso vai depender da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A ressalva para 2020 é com relação aos custos de produção da pecuária, que deverão ser maiores em relação a 2019, o que deverá pesar sobre as margens das atividades pecuárias de corte e leite.

Para os grãos, a expectativa é de preços em patamares mais altos para o milho, em função dos estoques menores na temporada, e de incerteza para a soja, devido ao acordo entre os EUA e a China.

Outro setor em que é esperado um bom desempenho é o sucroalcooleiro, que deverá seguir com a demanda aquecida e bons preços. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria

AQUECE O COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA NA PROTEÍNA ANIMAL

VANCLEI ZANIN*, RODRIGO DANIEL FEIX*

A significativa redução do rebanho de suínos da China, decorrente da peste suína africana, fez com que as exportações brasileiras para o país aumentassem de forma generalizada em 2019: 101,5% na carne suína, 80,0% na bovina e 53,8% na de frango, em dólares correntes.

AO LONGO da década, a China consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil. Nesse período, o saldo comercial brasileiro ficou amplamente superavitário, tendo como principais produtos exportados a soja em grão, o petróleo e o minério de ferro.

Após anos seguidos de crescimento forte dessa relação, 2019 foi marcado por uma conjuntura atípica. Por ironia do destino, justamente no seu ano do calendário lunar chinês, milhões de suínos precisaram ser sacrificados no país, em função do alastramento da peste suína africana (PSA). Estimativas apontam uma redução do rebanho em torno de 40%. Trata-se de um baque expressivo na oferta desse produto, com repercussões importantes no fluxo comercial da China com o resto do mundo, em especial com o Brasil.

As vendas brasileiras de soja para o mercado chinês caíram de 60 milhões de toneladas para 53 milhões no ano passado quando em comparação ao anterior. Esse resultado decorreu basicamente de dois fatores: primeiro, o fato de a cultura representar a principal fonte de proteína para a alimentação animal; e, segundo, com a guerra comercial com os Estados Unidos, a mudança na estratégia de carregar e acumular maiores estoques em 2018. As compras chinesas tiveram arrefecimento em 2019 devido a uma maior disponibilidade interna e uma menor demanda de produtos para a alimentação animal.

SHUTTERSTOCK



Diante da devastação sofrida no plantel de suínos chineses, parte significativa da sua demanda passou a depender das importações, com aumento nos preços no mercado internacional. Com isso, dado o fato de os diferentes tipos de carne serem substitutos na cesta de consumo, as exportações brasileiras para lá aumentaram de forma generalizada em 2019: 101,5% na suína, 80,0% na bovina e 53,8% na de frango, em dólares correntes.

IMPACTO NO MERCADO INTERNO

Frente ao choque crescente da PSA, 103 plantas frigoríficas do Brasil de aves, suínos e bovinos foram habilitadas e autorizadas a vender para o mercado chinês em 2019. Isso resultou em um movimento de valorização das principais empresas do setor no mercado de ações da B3. O processou deu-se na seguinte ordem: Minerva (158%), JBS (125%), Marfrig (81%) e BRF (61%).

Os ventos para as exportações brasileiras de proteínas correm a favor. O Ministério da Agricultura da China acaba de lançar o plano trienal para a recomposição dos rebanhos, apesar do alastramento da PSA. No futuro, o Brasil poderá ser beneficiado com a flexibilização da política de autossuficiência da China no mercado de carnes.

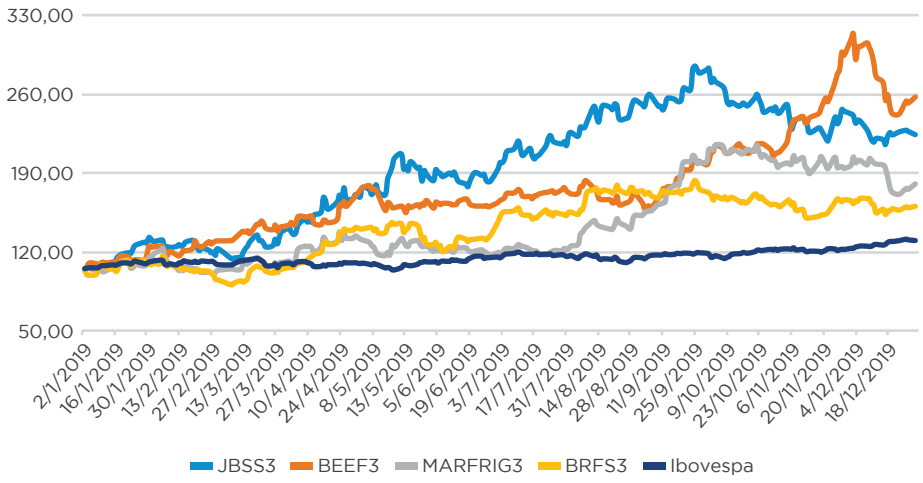


O surto de PSA e o conflito comercial entre os EUA e a China favoreceram a diversificação da pauta de exportações brasileira para o mercado chinês, com a participação crescente dos produtos cárneos e repercussões positivas para o emprego e a renda no agronegócio nacional.

O ACORDO ENTRE OS EUA E A CHINA

O melhor aproveitamento das oportunidades externas pelo setor de carnes brasileiro prosseguirá e exigirá mais investimentos na modernização produtiva. Paralelamente, o esforço diplomático servirá para a manutenção e a ampliação dos mercados estrangeiros. Tudo está condicionado ao contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de vigilância e gestão sanitárias, públicos e privados, de modo a garantir a qualidade do produto e mitigar os riscos de enfermidades (como a PSA).

EVOLUÇÃO DO PREÇO NOMINAL DAS AÇÕES DE EMPRESAS DO SETOR DE CARNES NA B3 EM 2019
(BASE = 100 EM 2 DE JANEIRO DE 2019)



Nota: JBSS3 = JBS; BEEF3 = Minerva Foods; MARFRIG3 = Marfrig; BRFS3 = BRF
Fonte: Yahoo Finanças

O acordo comercial entre os EUA e a China assinado em janeiro de 2020 prevê, na sua primeira fase, um aumento das importações chinesas de produtos agropecuários norte-americanos de US$ 12,5 bilhões em 2020 e de US$ 19,5 bilhões em 2021 em relação ao nível de 2017. EUA e Brasil competem no enorme mercado chinês em diversos produtos, sem a necessidade de provocar guerras de preços em dólares.

O "armistício" comercial entre as duas maiores potências econômicas globais contribui para a conformação de um ambiente de maior previsibilidade, a fim de aumentar o comércio no médio e no longo prazos. Para o Brasil, fica cada vez mais urgente fazer a lição de casa, com o encaminhamento de soluções para desobstruir os gargalos internos prejudiciais à competitividade dos produtos do seu agronegócio no mercado internacional. ■

*Pesquisadores do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (DEE/Seplag)

IMPACTO DOS CICLOS DA PECUÁRIA

DA REDAÇÃO

A QUEDA recente na taxa de inflação brasileira, ocorrida entre 2015 e 2020, carrega como explicação, em boa parte, o fraco desempenho da economia nacional, sobretudo em relação à fraca demanda no consumo. Uma surpresa surgiu no final do ano passado, a partir da segunda quinzena de novembro, quando os preços da carne bovina dispararam de forma repentina até o final da primeira quinzena de dezembro. Como resultado, o fenômeno provocou uma elevação até então não esperada nas taxas de inflação de dezembro (1,15%) e anual (4,31%).

A produção bovina nacional apresenta-se num estado de estagnação, com fracas fluência e movimentação. Em contrapartida, a produção de carne de frango persistiu na rota de crescimento vigoroso, e até mesmo a suinocultura passou a decolar. Cada uma delas expandiu, em média, um terço da produção depois de 2010, enquanto a piscicultura segue com uma tendência de ocupação de espaços maiores. Em resumo, assistiu-se a uma forte queda na participação da bovinocultura no complexo nacional de proteína animal.

No cenário da economia rural, embora a visão próxima de uma virada de baixa para alta nas cotações dos bovinos estivesse no horizonte de acontecimentos previsíveis desde 2017, também nada foi detectado em 2018. Mas, em novembro de 2019, as circunstâncias correram de maneira implacável, sem se precisar chegar ao período de descarte das matrizes improdutivas de 2020, como normalmente sucede no primeiro trimestre de cada ano.

Mesmo com a pequena recuperação da economia nacional, as compras vorazes

SHUTTERSTOCK



da China, dos Emirados Árabes Unidos e da Rússia mudaram de maneira radical o quadro do balanço de oferta e demanda de carne bovina. Isso trouxe à luz problemas acumulados por fatores climáticos, como a seca de 2019, e pela defasagem nos preços desde 2014.

Se o preço da arroba disparou de R$ 150,00 para R$ 230,00 e, depois, caiu, os sinais evidentes são de que não mais retornará aos patamares anteriores. Poderá haver deflação nos preços até o final deste trimestre, mas o mercado depara-se com valores variáveis de convergência, porém ainda incertos. Com base centrada em torno de US$ 50 por arroba, o produtor retardará ou antecipará o processo de retenção das fêmeas para o rebanho retomar o crescimento? ■

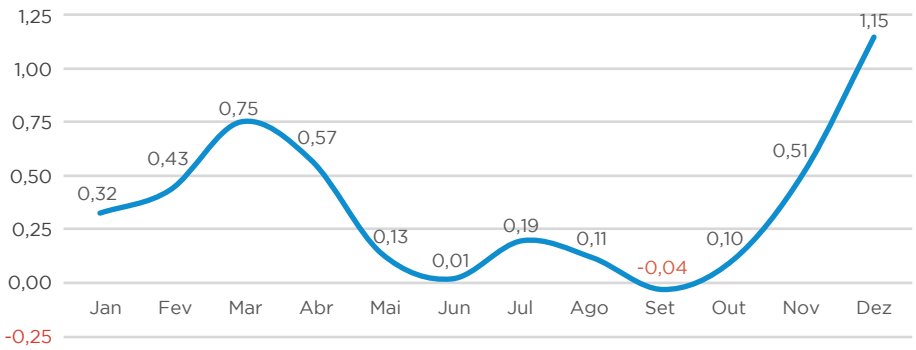


CICLO PRODUTIVO DA PECUÁRIA

Em meados da década de 1990, começaram a surgir publicações pioneiras sobre o ciclo sazonal dos preços plurianuais na pecuária de corte, inclusive na própria ***Agroanalysis***. A análise partia do raciocínio de um período de baixos preços, com um consequente aumento no descarte de matrizes. Esse processo levava a uma redução na capacidade de produção do rebanho. Chegar-se-ia a um ponto extremo em que a demanda do consumo suplantaria a oferta e o mercado de carne passaria a reagir com aumento nos preços.

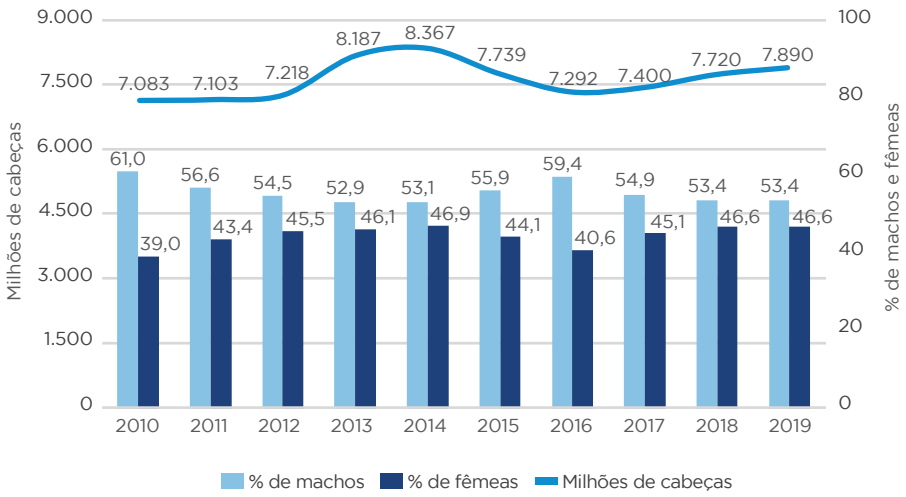
O tempo dessa inversão nos ciclos dos preços de baixa para alta, e vice-versa, tenderia, segundo essa análise, a diminuir com a inovação tecnológica na atividade. Na média, o prazo para a criação caiu de cinco para quatro anos entre 1990 e 2010. Depois disso, muitos criadores aproximaram-se de níveis abaixo de três anos. Como resultado, o fluxo mensal dos animais ofertados para abate ficou praticamente estável durante o ano. Chegava a era do boi industrial, com práticas de engorda mais concentradas no confinamento e na menor submissão ao pasto.

BRASIL: ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) EM NOVEMBRO DE 2019



Fonte: IBGE

BRASIL: ABATE DE BOVINOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE



Fonte: IBGE

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE EMISSÃO PARA ENERGIA EM TRANSPORTE

PLINIO M. NASTARI*

Decisões de política pública sobre energia para transporte e mobilidade estão sendo tomadas por meio de critérios de avaliação muitas vezes parciais, informações incompletas e ideias pré-concebidas, sem uma avaliação científica mais rigorosa e sem levar em conta emissões geradas de forma mais completa. Isso tem ocorrido em várias situações e nos eventos mais prestigiados e relevantes do globo.

NO ENERGY Action Forum, evento que precedeu a Cúpula do Clima, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, em setembro último, a completa descarbonização da matriz energética da Dinamarca por meio da adoção em larga escala de energia eólica foi apresentada como uma solução escalável e replicável para o resto do mundo. Faltou indicar que o consumo de energia da Dinamarca é relativamente pequeno, com cerca de 0,74 quadrilhão de British thermal units (BTU), e que a intermitência da energia eólica é compensada e absorvida pelo enorme parque gerador de energia térmica de origem fóssil, à base de carvão de gás natural, do seu vizinho mais desenvolvido, a Alemanha, que tem um consumo de 14,06 quadrilhões de BTU.

Esse é o mesmo erro que alguns formuladores de política estão incorrendo ao favorecer tecnologias que não emitem gases do efeito estufa no cano de escape, mas que utilizam eletricidade gerada a partir de fontes de energia de origem fóssil e, portanto, emitem gases do efeito estufa mesmo assim, não no cano de escape, mas nas usinas geradoras de eletricidade.

Faltam, portanto, maiores esclarecimento e consenso a respeito dos critérios de avaliação de emissões de gases do efeito estufa para a mobilidade que devem ser considerados. Tais critérios podem ser classificados resumidamente em três opções: (i) "tanque à roda"; (ii) "poço à roda"; e (iii) "berço ao túmulo".

Pelo critério "tanque à roda" (ou *tank-to-wheel*), são avaliadas as emissões entre o tanque do posto de abastecimento e o uso final da energia, pelo cano de escape. Por esse critério, carros elétricos a bateria são considerados uma solução eficiente independentemente da fonte de energia que utilizam, pois têm emissão zero no cano de escape e



desconsideram as emissões relacionadas à geração da energia.

No critério "poço à roda" (ou *well-to-wheel*), são consideradas as emissões geradas desde a geração da energia até o seu uso final. Esse critério faz mais sentido do que o primeiro e evita a falácia de se eleger uma combinação de motorização e energia que não resulta em ganho ambiental. Há um rol extenso de conhecimento científico acumulado sobre esse tipo de avaliação, que certamente é mais completo do que o "tanque à roda".

O critério "berço ao túmulo" (ou *cradle-to-tomb*) é o mais completo, pois, nesse caso, são consideradas não só as emissões da geração da energia, mas também aquelas geradas a partir dos meios de produção e do uso da energia, isto é, os processos de produção da energia, a produção de veículos e todos os seus componentes, incluindo as baterias quando for o caso, e o descarte de todos esses equipamentos. Ainda há relativamente pouco conhecimento científico acumulado sobre esse tipo de avaliação, mas a Pesquisa e a Ciência avançam rapidamente para cobrir essa lacuna.

No Brasil, a partir da avaliação do "poço à roda", foi desenvolvida e já está disponível ao consumidor a um preço relativamente acessível uma tecnologia de mobilidade que combina uma fonte de energia limpa e uma eficiência energética bastante evoluída. É o veículo híbrido *flex* capaz de utilizar etanol combustível puro, que emite, pelo critério "poço à roda", apenas 29 gramas de gás carbônico equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km). Um veículo *flex* convencional movido a etanol emite 58 g CO_2 eq./km, um veículo convencional com gasolina contendo 27% de etanol emite 128 g CO_2 eq./km, e um veículo com gasolina e zero de etanol emite cerca de 145 g CO_2 eq./km. A título de comparação, um veículo elétrico a bateria na Europa emite, em média, 92 g CO_2 eq./km e tem um preço de aquisição relativamente elevado, devido ao custo da bateria.

Existe um senso de urgência, em todo o mundo, para que medidas de controle de emissão de gases do efeito estufa sejam adotadas e aceitas pelo consumidor. Essas estratégias precisam ser replicáveis, escaláveis, acessíveis e de mais rápida implementação, se possível utilizando a infraestrutura existente.

É dentro desse quadro que estratégias de mitigação devem ser planejadas e implementadas. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)



SHUTTERSTOCK

ADAPTAÇÃO DA AGROPECUÁRIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS




EDUARDO ASSAD[1], MIGUEL CALMON[2]

Um estudo constatou que as modalidades de agricultura e pecuária de baixa emissão ou de remoção de gases do efeito estufa, que são suportadas por políticas específicas, tornam essas atividades mais sustentáveis, evitando impactos sobre a produção de alimentos, o emprego e a geração de renda. Portanto, o Brasil possui políticas efetivas para adaptação da agropecuária às mudanças climáticas.

AS MUDANÇAS climáticas já causam danos reais à agropecuária. Fenômenos como secas, enchentes e aumento da intensidade de ondas de calor e de frio podem ter um grande impacto sobre a produtividade global de alimentos. Isso significa menos alimentos e mais prejuízo aos produtores e à balança comercial de seus países.

O Brasil tem ao menos duas importantes políticas em vigor que podem cooperar para a redução de emissões e a remoção de gases do efeito estufa (GEE) e contribuir para a adaptação da agropecuária às mudanças climáticas. São elas o Plano ABC, que consiste em sete programas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), que abrange oito iniciativas estratégicas para recuperar ao menos 12 milhões de hectares de áreas degradadas, em especial Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reservas Legais (RL).

Foi para analisar a efetividade dessas políticas que o WRI Brasil, a GIZ – sociedade alemã de cooperação internacional –, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e pesquisadores brasileiros debruçaram-se sobre uma série de estudos que resultou no *working paper* "Papel do Plano ABC e do Planaveg na Adaptação da Agricultura e da Pecuária às Mudanças Climáticas", lançado em novembro*.

O trabalho mostra que o caminho para uma agricultura de baixa emissão de carbono, resiliente às mudanças climáticas e que gera retornos socioeconômicos já existe. O desafio é expandir os incentivos para que essas ações sejam adotadas em grande escala nas propriedades rurais brasileiras.

De início, foi feito um levantamento da literatura científica e das experiências práticas que apontam os impactos das mudanças climáticas sobre a agropecuária, em especial no Brasil, onde muitas atividades e culturas dependem da água da chuva e do clima certo.

A partir de análises de diversas culturas, o estudo constatou que as modalidades de agricultura e pecuária previstas pelo Plano ABC e pelo Planaveg podem realmente tornar essas atividades mais resilientes e sustentáveis, evitando impactos sobre a produção de alimentos, o emprego e a geração de renda.

O documento traz, ainda, contribuições como a proposta de uma matriz de impactos das mudanças climáticas que permitirá a financiadores e investidores a identificação direta do efeito de estratégias do Plano ABC e do Planaveg no aumento da resiliência e na adaptação dos sistemas de produção agropecuária a mudanças climáticas. Essas estratégias podem, assim, reduzir os riscos dos produtores, dos agentes financeiros, das seguradoras e dos investidores, já que trazem benefícios diretos para os produtores rurais dos pontos de vista econômico e socioambiental.

É essencial, portanto, aumentar o investimento e ampliar a adoção das modalidades sustentáveis na agricultura e aumentar a escala da restauração de áreas degradadas. Só assim, será possível diminuir a vulnerabilidade do produtor rural a eventos extremos e proteger a produção de alimentos e *commodities*, para gerar riqueza e empregos no campo, além de tornar o Brasil uma liderança global da produção de alimentos mais sustentáveis e resilientes. ■

1 Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

2 Diretor do Programa de Florestas do WRI Brasil e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

*Artigo de nossa autoria junto aos colegas Luiz Claudio Costa, Susian Martins, Rafael Feltran-Barbieri, Maura Campanili e Carlos A. Nobre. Disponível em: https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes

INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS DE MANEJO NA AQUICULTURA

JORGE LAÇO PORTINHO[1], ANA CAROLINA CAMPOS GOMES[1], ANDREA KOGA VICENTE[1], MARIANA SILVEIRA GUERRA MOURA E SILVA[2], LUCIANA SPINELLI-ARAUJO[2], CELSO VAINER MANZATTO[2], BRUNO BENZAQUEN PEROSA[3], LUIZ EDUARDO VICENTE[2], GERALDO STACHETTI RODRIGUES[2]

Visando à adoção de boas práticas de manejo e de uma gestão ambiental responsável, um estudo propõe a Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental da Aquicultura (APOIA-Aquicultura), um sistema que contribui para que as recomendações de manejo e adoção tecnológica sejam mais eficazes, favorecendo a tomada de decisão.

O DECLÍNIO dos estoques naturais de peixes tem levado a uma tendência mundial de substituição da pesca extrativista por atividades de aquicultura. A produção de peixes de cultivo cresce de 4% a 5% ao ano, e, atualmente, 50% dos peixes consumidos mundialmente são provenientes da aquicultura, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) de 2016. No Brasil, projeta-se um crescimento superior a 100% até 2025, atingindo 1,15 milhão de toneladas (FAO, 2016). Isso se deve a várias características favoráveis do País, incluindo 12% da água doce disponível do Planeta, 5,5 milhões de hectares de áreas de lagos e reservatórios, clima adequando na maior parte do ano em todas as regiões e ocorrência de espécies aquáticas de interesses zootécnico e de mercado.

Nesse ritmo de desenvolvimento e expansão, a aquicultura brasileira necessita de iniciativas de caráter estruturante para ter um crescimento sustentável, visando à adoção de Boas Práticas de Manejo (BPM) e de uma gestão ambiental responsável para

IMPACTOS ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS PARA A AQUICULTURA BRASILEIRA

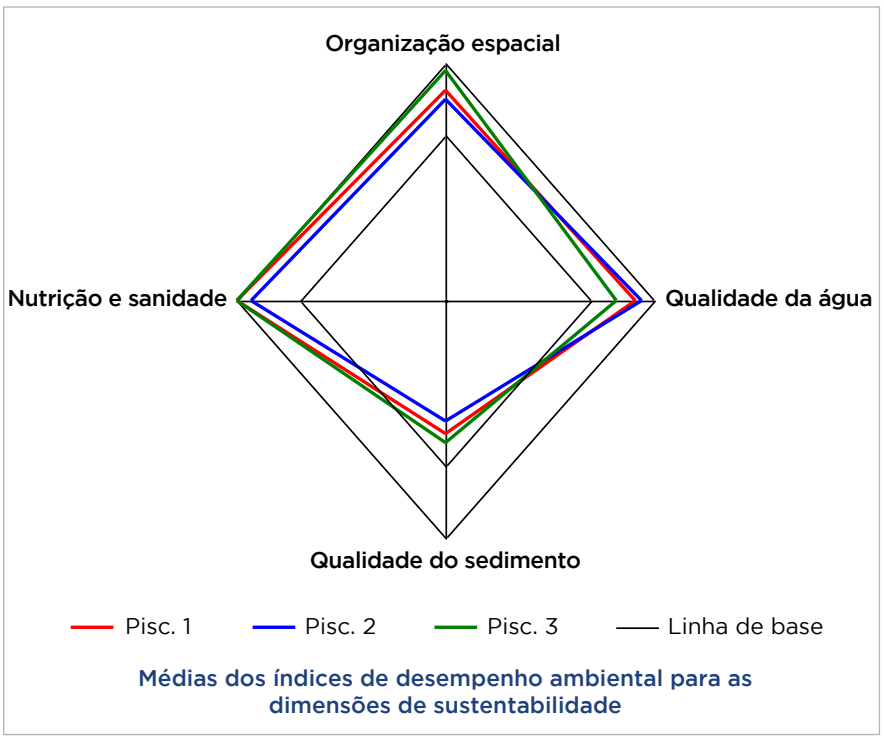
O APOIA-Aquicultura é realizado no Projeto Componente "Manejo e Gestão Ambiental da Aquicultura" (PC MAN), que é vinculado ao projeto de pesquisa "Ações Estruturantes e Inovação para Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Aquicultura no Brasil", fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/MAPA). O estudo está sendo efetivado na região de influência do Reservatório de Ilha Solteira, nos rios Grande (estados de São Paulo e Minas Gerais) e Paranaíba (Minas Gerais e Mato Grosso do Sul), pertencente à bacia hidrográfica do rio Paraná. O Reservatório está inserido em um local prioritário de ação do governo brasileiro para promover a aquicultura via implantação e monitoramento de parques aquícolas para a produção de tilápia em tanques-rede.

Entre os impactos da adoção do sistema APOIA-Aquicultura, estão o apoio (i) ao piscicultor em averiguar quais critérios podem estar desconformes com seus objetivos de adoção de BPM e uso dos recursos naturais; (ii) aos agentes técnicos que atuam nas pisciculturas ao facilitar a comunicação da interação entre fatores produtivos e de manejo, promovendo uma visão integrada para a recomendação tecnológica; e (iii) aos agentes públicos e tomadores de decisão, para quem o sistema representa uma base documentada e analítica das condições de operação das áreas aquícolas, favorecendo o monitoramento e a adoção de medidas de fomento e controle, visando à gestão ambiental integrada dos empreendimentos. As próximas etapas preveem a integração do APOIA-Aquicultura ao Sistema AgroTag (https://www.agrotag.cnptia.embrapa.br), com o consumo direto de dados de qualidade de água coletados com o aplicativo AgroTag para geração dos índices. Nessa estrutura, os usuários poderão acessar os gráficos dos índices diretamente na plataforma WebGIS AgroTagAQUA, base de dados online para organização e disponibilização de informações geoespaciais primárias e outras bases compiladas, tais como imagens de satélite, dados censitários e dados estratégicos para o setor aquícola.

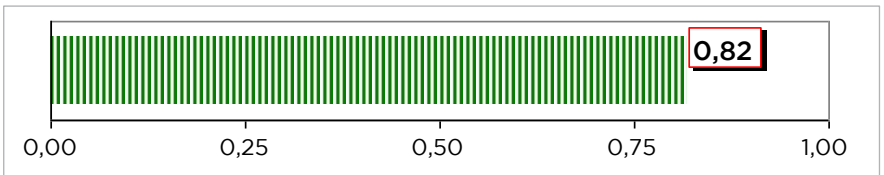
FIGURA 1 – DIMENSÕES DO APOIA-AQUICULTURA



FIGURA 2 – MÉDIA DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO NAS QUATRO DIMENSÕES DO APOIA-AQUICULTURA



Médias dos índices de desempenho ambiental para as dimensões de sustentabilidade



Média dos índices de sustentabilidade em todas as unidades produtivas

conservação e uso eficiente dos recursos naturais envolvidos na produção. Nesse sentido, propõe-se o sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental da Aquicultura (APOIA-Aquicultura) como um instrumento de registro, interpretação e comunicação de indicadores da sustentabilidade dos sistemas aquícolas. O método é composto de 68 indicadores incluídos em dez critérios de análise, nas dimensões Organização espacial, Nutrição e sanidade, Qualidade da água e Qualidade do sedimento (Figura 1). Os indicadores são construídos em matrizes de ponderação, nas quais dados quantitativos obtidos em campo e laboratório são traduzidos em índices de impacto segundo funções de utilidade multiatributo (escala normalizada de 0 a 1, com o valor da linha de base de conformidade ambiental padronizado em 0,7). Esses índices são balizados segundo recomendações técnicas definidas na literatura para aquicultura e padrões estabelecidos na legislação ambiental.

Em um exemplo de estudo de caso realizado em empreendimentos aquícolas no Reservatório de Ilha Solteira, a título de teste de aplicabilidade metodológica e análise crítica pelos produtores, observou-se: (i) uma particular sensibilidade dos indicadores da dimensão Qualidade do sedimento como explicativa de impactos resultantes de deficiências nas práticas de arraçoamento; e (ii) características naturais do Reservatório (Figura 2). Com base nesse tipo de análise integrada, as recomendações de manejo e adoção tecnológica tornam-se mais consistentes e eficazes, favorecendo a tomada de decisão e a correção do manejo. ■

1 Bolsistas do CNPq na Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna-SP

2 Pesquisadores da Plataforma ABC/Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna-SP

3 Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERIUFU) e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais (NERU/UFU), da Plataforma ABC e do Observatório ABC da Fundação Getulio Vargas (FGV)

COMUNICAÇÃO PARA A CADEIA PRODUTIVA DE CARNE BOVINA

GUILHERME CUNHA MALAFAIA*

Há muitas dúvidas de consumidores relacionadas à produção e ao consumo de carne bovina. Apesar da disponibilidade de muita informação na internet, fica a insegurança quanto à sua confiabilidade. Aqui, as principais questões foram elencadas e esclarecidas.

A PECUÁRIA de corte está diante de uma oportunidade de crescimento representada pela expansão do mercado interno, mesmo diante do atual cenário econômico do País, e pela demanda externa, com a abertura de novos mercados.

Para aproveitar esse momento, o setor deverá superar alguns desafios, como aumentar a produtividade e garantir a sustentabilidade ambiental, o bem-estar animal e mais qualidade e segurança aos produtos finais. Tudo isso, além de dirimir as dúvidas de formadores de opinião, minimizando preconceitos e desinformações instalados na comunidade acadêmica e em organismos multilaterais.

Diante desse contexto, torna-se necessário que haja ações estruturantes para decodificar o estado da arte da carne bovina *vis-à-vis* a perspectiva da sociedade, com o desenvolvimento de um trabalho voltado para o esclarecimento da opinião pública.

É preciso ter em mente como a Ciência pode atender a questão da carne em suas várias perspectivas: enfrentar e responder os questionamentos sobre a sua produção e o seu consumo; ter a acuidade sobre o custo para fazer aquilo que falta; e emplacar no campo, de fato, as tecnologias sustentáveis já



SHUTTERSTOCK

desenvolvidas. Diante dessas inquietações, buscou-se elencar algumas questões com necessidade de respostas confiáveis, esclarecedoras e convincentes relacionadas à pecuária de corte:

- **O impacto social e econômico da carne bovina –** o aumento da produtividade é uma das alternativas para o incremento da oferta mundial de alimentos sem a necessidade de abertura e uso de novas áreas. Nas últimas quatro décadas, houve uma redução da área de pastagens em 12%, enquanto a produtividade cresceu 176%. É o efeito poupa-terra na prática. Do ponto de vista econômico, a pecuária encerrou 2019 com um Valor Bruto da Produção (VBP) de R$ 78,5 bilhões (dado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), com embarques de 1,847 milhão de toneladas e receita de US$ 7,59 bilhões, sendo fundamental para a manutenção do saldo comercial positivo, juntamente ao agronegócio como um todo.

ANO	Produtividade (arrobas/hectare/ano)	Produção (milhões de toneladas)
1990	1,6	4,6
2018	4,5	11,0

- **A harmonia entre a produção de carne bovina e a preservação ambiental –** na área de produção, especificamente, o problema relacionado à degradação de pastagens e ao manejo de pastos deve ser priorizado. As forragens são a opção de melhor custo-benefício para a produção de carne. Com crescente adoção, destacam-se os sistemas silvipastoris, com a exploração simultânea da pecuária e da madeira para diversos fins. Com esse enfoque, a Embrapa desenvolveu o conceito produtivo "Carne Carbono Neutro" (CCN), respaldado por parâmetros técnicos que subsidiam a sua aplicação e o seu uso na cadeia produtiva de carne bovina.

- **O bem-estar animal como imperativo na produção de carne bovina –** o bem-estar contribui para a exploração e o atendimento de mercados consumidores mais exigentes, interessados em carne e leite produzidos em pastagens, agregando valor ao produto final. No Brasil, onde a maioria da carne é produzida a pasto (cerca de 95% do total), a principal preocupação e o maior desafio consistem em proporcionar um ambiente termicamente mais confortável, pois dois terços das fazendas produtoras encontram-se sob clima tropical e subtropical, sujeitas a altas temperaturas. O transporte dos animais, da fazenda ao frigorífico, representa outro ponto-chave, visto que a principal via de transporte é a rodoviária, por meio de caminhões, e trata-se do evento mais estressante pelo qual o animal passa durante o seu ciclo de produção.

- **A produção de carne bovina e o padrão sanitário –** mais de 95% dos sistemas de produção possuem como base as pastagens. Esse modelo garante, entre outros benefícios, maior rigidez sanitária e prevenção de problemas importantes, como a doença da "vaca louca". Em razão desses fatores, produtivos e técnicos, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) classifica o Brasil como país de risco insignificante para essa enfermidade de tanta preocupação no mundo todo.

- **As novas tendências de consumo de carne bovina –** a alteração no comportamento do consumidor, principalmente nos países desenvolvidos, está atrelada à mudança na rotina e ao acesso às tecnologias. A população busca cada vez mais opções rápidas e de pronta-entrega, com a imposição de limites para o consumo de carne vermelha. Nesse sentido, observa-se um aumento no número de refeições, mas também uma redução na sua ingestão em quantidade de carne vermelha. É preciso considerar, ainda, as pressões das redes sociais e das mídias para a redução ou, até mesmo, a extinção do consumo de proteína animal.

- **A ameaça das fontes alternativas de proteínas –** os consumidores estão incluindo em suas dietas proteínas provenientes de vegetais – como a soja ou a ervilha –, cereais – como o trigo e a quinoa – e frutos secos – como amêndoas e pistachos. Nessa lista, estão inclusas, ainda, proteínas provenientes de sementes, como as de chia e linho. Contudo, o mais impressionante foi o crescimento do uso de proteínas provenientes de microalgas nos novos lançamentos. Outra fonte alternativa a ser considerada são os insetos, ricos, principalmente, em proteínas. O destaque fica, também, com a carne de laboratório.

- **A importância da carne na saúde humana –** a carne pode ser parte de uma dieta saudável quando a sua qualidade é comprovada e o seu consumo se dá de forma a reduzir riscos de problemas como doenças do coração causadas pelo excesso de gordura no organismo. É um alimento muito completo, e os seus nutrientes são difíceis de se repor com outras fontes, principalmente os aminoácidos. A carne é uma fonte de proteína e a maior fonte de cinco importantes vitaminas: tiamina, niacina, riboflavina e vitaminas B6 e B12.

Posto isso, torna-se imperativo para a cadeia de carne bovina brasileira uma comunicação muito eficiente com os seus clientes. É prioritário trabalhar em inovação e na criação de novos produtos. Uma das formas estratégicas para a cadeia consiste em capturar valor com peças especiais em termos de qualidade, sabor, experiência e confiança. ■

*Pesquisador da Embrapa Gado de Corte – guilherme.malafaia@embrapa.br

SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

BALANÇO DA EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

O ano de 2019 iniciou-se cercado de incertezas para a exportação nacional de soja. O setor vinha com embarques grandes em 2018, em função de prêmios remuneradores pagos pelos chineses. Mas os exportadores sinalizavam números menores. Um possível acordo na guerra comercial entre os Estados Unidos (EUA) e a China era uma possibilidade ventilada com força no mercado. Isso impactaria de forma negativa os negócios com a soja brasileira.

Somado a esse fato, havia as repercussões da peste suína africana sobre a suinocultura chinesa. A cada novo número, as notícias eram de abates crescentes no rebanho. Certamente, haveria diminuição do apetite chinês sobre a soja, a principal fonte proteica utilizada na alimentação dos plantéis suínos.

BRASIL: PRODUÇÃO E ESTOQUE DE PASSAGEM DE SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA	Produção	Exportação	Estoque
2016/17	114,1	68,1	5,4
2017/18	119,3	83,2	7,8
2018/19	115,3	70,0	1,4

Fonte: Conab (dezembro de 2019)

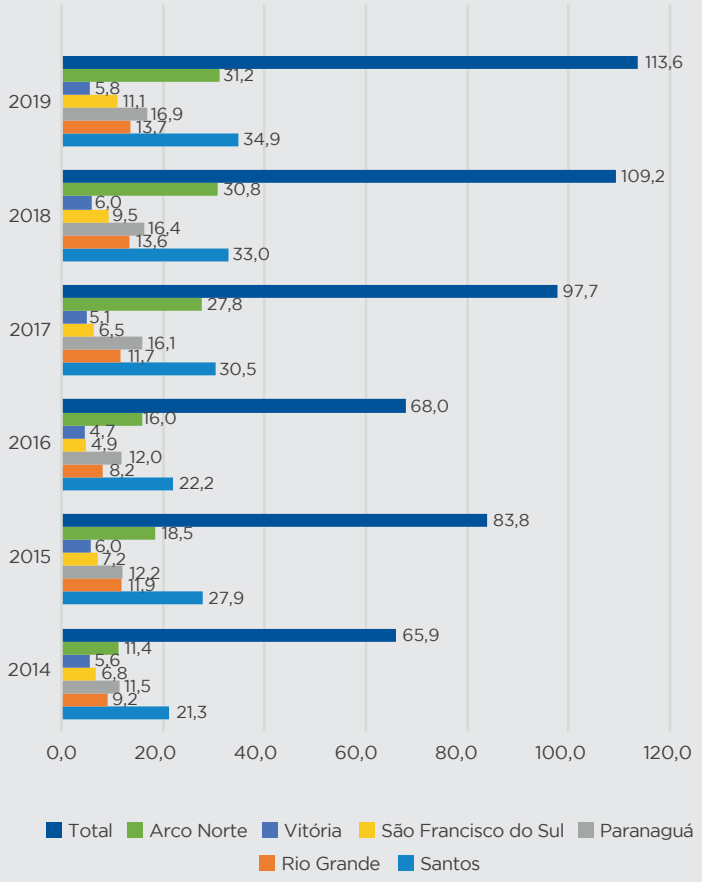
Do lado brasileiro, a disponibilidade de soja teve diminuição de forma expressiva em razão da redução do estoque de passagem e da produção na safra 2018/19.

Esse conjunto de fatores apontava para um possível cenário em que as exportações brasileiras de soja poderiam retornar a um patamar próximo ao da safra 2016/17.

Olho nas negociações entre os EUA e a China

Para alívio das expectativas, a demanda chinesa pela soja brasileira se manteve estável ao longo de 2019, mesmo com os rumores sobre a possibilidade de um acordo entre os EUA e a China ainda no primeiro semestre. Ao contrário, o presidente americano Donald Trump discursava e ameaçava escalar ainda mais as tarifas impostas sobre os produtos chineses.

ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO PELOS PORTOS TRADICIONAIS E PELOS PORTOS DO ARCO NORTE
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANEC


SHUTTERSTOCK

Da outra parte, a China demonstrava disposição para revidar comercialmente na mesma proporção. Mesmo tendo contabilizado perdas expressivas com a peste suína, o Brasil mantinha-se como fornecedor confiável e suficiente para atender a demanda da China naquele momento. Também contribuíam as informações de mercado, que já davam conta do controle do surto de peste suína no país.

Em grande parte em decorrência da diminuição da demanda chinesa, as exportações brasileiras contabilizaram 45,5 milhões de toneladas embarcadas no primeiro semestre, 9% menos do que no primeiro semestre do ano anterior, porém ainda em ritmo considerado dentro do positivo pelo setor. A manutenção da guerra comercial e um câmbio elevado traziam competitividade e preferência para a soja brasileira no mercado internacional.

O segundo semestre foi marcado pela expectativa de um iminente acordo entre os EUA e a China, o que acabou se concretizando somente no início de 2020. Embarques pontuais de soja americana para a China, na intenção de boa vontade para encerrar a disputa comercial no final do ano, impediram o Brasil de encerrar o ano com um resultado ainda mais positivo. Entretanto, a manutenção da disputa ao longo de todo 2019 permitiu ao setor exportador de soja brasileiro embarcar um total de 72,5 milhões de toneladas.

No final, diante de toda a turbulência e as incertezas ao longo de todo o período, o saldo foi extremamente positivo para o Brasil, acima das expectativas do setor.

Desafios para 2020

Agora, o desafio será ainda maior em 2020. Os termos da primeira fase do acordo entre os EUA e a China ainda não estão explícitos para o setor de *commodities* agrícolas, especialmente para a soja. Um acordo de preferência pela soja americana pode direcionar grande parte da demanda chinesa para aquele mercado, mesmo com a soja brasileira sendo mais competitiva em termos de preço e qualidade.

O setor de soja brasileiro deverá ter como principal meta unir esforços dentro de toda a cadeia para continuar a garantir, junto ao mercado internacional, um produto de qualidade e sustentável, para que nenhum tipo de barreira possa ser utilizado por qualquer mercado importador.

Também motivo de celebração foi o resultado expressivo das exportações brasileiras de milho, que atingiram o seu melhor resultado histórico em 2019, com um total de 41 milhões de toneladas embarcadas.

Com as perdas significativas na safra americana de milho decorrentes de problemas climáticos, os preços do milho

ganharam firmeza e sustentação no mercado internacional, em níveis mais altos. Também contribuíram para um câmbio elevado, persistindo, durante boa parte do ano, acima dos R$ 4,00. Esse cenário trouxe competitividade ao milho brasileiro no mercado internacional, de modo que as *tradings* brasileiras tiveram capacidade para, de forma mais agressiva, tomar posição de preço e ofertar o produto no mercado. Tudo isso impulsionou a comercialização no mercado doméstico e o escoamento da safra rumo ao mercado exterior.

Escoamento de soja e milho

Com afluentes exportadores de grãos por meio do oceano, o Arco Norte é conformado por sete portos no Rio Amazonas, sedo eles o de Porto Velho (Rondônia), o de Itacoatiara (Amazonas), os de Miritituba, Santarém e Vila do Conde (todos no Pará), o de Macapá (Amapá) e o do Itaqui (Maranhão). A maioria das operações desses portos está sendo expandida em função do aumento de volume de grãos transportado de regiões centrais do País – como o norte de Mato Grosso e os estados de Goiás e Tocantins –, além do Nordeste.

Conforme estudos trabalhados pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), à medida que as obras do Arco Norte avançarem, o escoamento da produção de grãos da região em específico e do Brasil como um todo também teria expansão. A pavimentação da BR-163 – com a conclusão do trecho asfaltado em novembro último, entre Sinop-MT e Novo Progresso-PA – e a construção da Ferrovia Ferrogrão, que conecta o estado de Mato Grosso com o do Amazonas, são consideradas fundamentais para garantir a competitividade e o aumento da produção durante boa parte dos próximos anos.

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), houve uma mudança no patamar da quantidade transportada de milho e soja pelos portos do Arco Norte do Brasil no triênio 2017-2018-2019 quando em comparação a 2016. Essa representa a nova via no escoamento nacional de grãos. De 2016 a 2018, a quantidade transportada dos dois produtos cresceu nos portos do Arco Norte (92,6%) e nos demais portos (67,1%). No cômputo do período de 2014 a 2019, o crescimento dos embarques de grãos foram substanciais tanto nos portos tradicionais (72,2%), como nos do Arco Norte (73,4%). ■

55 ANOS DA ANEC

Em 2020, a ANEC comemora 55 anos de uma trajetória bem-sucedida para o crescimento do setor exportador de soja, milho e derivados e o desenvolvimento da cadeia produtiva. São muitos os motivos para comemorar diante de uma história de sucesso, em que a Associação vem tendo um importante papel como interlocutora dos representantes do setor (exportadores, produtores e indústria) junto ao Governo, ao mercado mundial e à sociedade.

Entre as suas atividades em prol do setor, cumpre destacar a elaboração dos Contratos ANEC. Em 2020, eles chegam com uma importante atualização que será lançada em um evento neste mês.

Foram dois anos de trabalho intenso para a revisão completa dos Contratos, que abarcam 55 anos de conhecimento acumulado. Eles seguem estritas regras internacionais de comercialização ao mesmo tempo que respeitam as características dos produtos e dos portos brasileiros.

Ao usar um Contrato ANEC, as negociações entre compradores e vendedores tornam-se muito mais rápidas e fluidas, pois ele já prevê os principais pontos de atrito ou problemas e, também, as suas soluções. Em eventuais casos de disputa, os processos de arbitragem são facilitados devido à padronização e ao conhecimento acumulado. Exportadores, importadores e intermediários podem concentrar-se nas questões primordiais, como quantidade, preço e local de embarque. Em um país em que os problemas logísticos são gigantescos, a facilidade de negociação trazida pelos contratos padronizados da ANEC foi fundamental para o setor crescer tanto e bater vários recordes de volume.

Como exemplo da agilidade trazida, pode-se mencionar os processos de trocas logísticas que acontecem, todos os dias, nos portos pelos quais exportamos. Nessas trocas, quando a carga programada para embarcar num determinado navio não consegue chegar ao porto a tempo do embarque, os exportadores compram carga de seus concorrentes e evitam que os navios esperem e que paguem multas. Em minutos, cargas são rapidamente recompradas e revendidas graças à padronização e à segurança trazidas pelos Contratos ANEC.

A acuracidade dos Contratos ANEC, a seriedade do comitê que os revisa e as praticidades trazidas às negociações de compra e venda conquistaram o respeito dos mercados. Tais Contratos são usados por 100% dos exportadores e dos *traders* brasileiros de soja, milho e derivados, inclusive por aqueles que não são associados. Dentro e fora do País, os volumes totalizam um múltiplo dos já grandes números da exportação brasileira.

A ANEC tem a missão de desenvolver o melhor cenário para a exportação e *trading* de soja, milho e derivados. A entidade realiza, também, mapeamentos do setor nos mercados nacional e internacional com o intuito de auxiliar o planejamento estratégico e a tomada de decisão das suas cinquenta empresas associadas. E faz tudo isso zelando pela ética, pela transparência e pelo comprometimento.

TABELAMENTO DO FRETE RODOVIÁRIO

Frederico Favacho

Assessor jurídico da ANEC e sócio da Mattos Engelberg Advogados

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou e atualizou, em 16 de janeiro último, a Resolução nº 5.867, com a metodologia e os coeficientes dos pisos mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC).

A medida trouxe algumas novidades em relação às regras anteriores. Podemos citar duas delas: a primeira está relacionada à obrigação de pagar o frete de retorno para o transporte de contêineres e veículos de frotas específicas nas operações impedidas pela regulamentação de trazer cargas no retorno; e a segunda é a inclusão no cálculo do piso mínimo da cobrança do valor das diárias do caminhoneiro.

Agora, a regulamentação abrange um total de doze categorias. Foram criadas, ainda, duas novas tabelas para contemplar a operação de carga de alto desempenho, que leva menor tempo de carga e descarga.

A nova Resolução precede o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) agendadas para 19 deste mês, em reunião plenária. Espera-se uma decisão do Judiciário no sentido de pôr fim na insegurança jurídica da PNPM-TRC (Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018).

PARCERIA COM A IGTC



www.anec.com.br

O Brasil recepcionou, pela primeira vez, a assembleia anual da Coalizão Internacional de Comércio de Grãos (IGTC, na sigla em inglês) em novembro do ano passado, na sede da Embrapa Territorial, em Campinas-SP. A agenda foi organizada pela ANEC, única associada brasileira da entidade. Em 2018, o evento aconteceu na China, principal mercado consumidor de grãos do mundo. A sua realização no território nacional ilustra a relevância do País na comercialização mundial desse setor.

Sérgio Mendes, diretor-geral da ANEC, agradeceu a presença de mais de cinquenta representantes dos países-membros da IGTC, vindos de todos os continentes, das *tradings* e de outras associações presentes. Na oportunidade, foram debatidos temas de relevância para o setor internacional de comércio de grãos.

Entre os temas, se destacaram a apresentação do desenvolvimento das *commodities* agrícolas e a produção e o uso de biodiesel no Brasil. As discussões estenderam-se sobre o ambiente político e regulatório do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), além de questões a respeito de infraestrutura e logística, inovação, sustentabilidade e perspectivas de mercado.



CONSTRUÇÃO E PROPOSTA DO RENOVABIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO RENOVABIO

Aprovado em 12 de dezembro de 2015, o tratado mundial do Acordo de Paris possui o único objetivo de reduzir o aquecimento global. Negociado durante a 21ª sessão anual da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-21/UNFCCC, nas siglas em inglês), em Paris, entrou em vigor oficialmente em 4 de novembro de 2016. As medidas e as metas do Acordo passam a valer para todos os seus 195 países signatários a partir de 2020.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) foi instituída pela Lei nº 13.576/17, com o objetivo de ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes brasileira, com base na previsibilidade e na sustentabilidade econômica, ambiental e social, de modo a contribuir para a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) no País.

O RenovaBio entrou em vigor em 26 de dezembro de 2019, de acordo com o Decreto nº 10.102/19 (da Presidência da República), que dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de GEE e instituiu o Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis (Comitê RenovaBio).

Trata-se de uma política de Estado para a descarbonização do transporte, em linha com os compromissos do Brasil assumidos no Acordo de Paris, de reduzir as emissões de GEE em 43% quando em comparação às de 2005. A data limite é 2030. A meta de descarbonização definida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para o horizonte 2017-2029 é reduzir de 74,25 g CO_2/MJ para 66,1 g CO_2/MJ.

ABERTURA

JACYR DA SILVA COSTA FILHO
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO AGRONEGÓCIO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (COSAG/FIESP)



Rememoraremos, nesta reunião do Cosag, na Fiesp, os passos para chegarmos ao estágio atual do RenovaBio. Teremos depoimentos de pessoas com contribuições importantes para a evolução desse processo.

Começamos com o registro de dois eventos aqui realizados. Primeiro, em 2017, quando assinamos, junto a 43 entidades, um manifesto de apoio à prioridade do setor de biocombustíveis por meio do RenovaBio. Segundo, em 2008, quando tivemos a presença da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), de empresas e de ministros para consolidar essa Política.



PRODUTORES DEVEM VALORIZAR O ETANOL

STEFAN MIHAILOV
DIRETOR-GERAL DA TROUW NUTRITION

Empresa europeia de controle familiar, a SHV Holdings fatura € 20 bilhões por ano e possui empresas coligadas no Brasil, como a Supergasbras e o Makro Atacadista. Também faz parte do grupo a Trouw Nutrition, proprietária da marca global Nutreco, com fatura anual de € 6,4 bilhões.

No Brasil, lançamos a campanha chamada "Nossa Frota é Movida a Etanol", para todos os carros da frota da companhia e das empresas relacionadas ao grupo passarem a utilizar de forma obrigatória o etanol. Os resultados mostram números interessantes. Por ano, como a nossa equipe roda 5,7 milhões de quilômetros, deixamos de utilizar 430 mil litros de combustíveis fósseis. Isso gerou menos 1 mil toneladas nas emissões de GEE, sendo que seriam necessárias 6.325 árvores para proporcionar o mesmo benefício.

Entramos na segunda fase da campanha, com o *slogan* "Etanol, Energia que Vem do Campo". Esperamos mais adesão, com divulgações nas mídias sociais do *slogan* "Sou Produtor Rural com Muito Orgulho". Estamos com seguidores no Facebook (140 mil) e no Instagram (24 mil), além de compartilhamentos com empresas e canais apoiadores do agronegócio.



IMPORTÂNCIA DO PARLAMENTO

ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM
DEPUTADO FEDERAL (CIDADANIA-SP)

Comemoramos com ânimo a entrada em vigor do RenovaBio. Devemos destacar o papel importante desempenhado pelo Parlamento tanto na formulação dos marcos regulatórios, como nos avanços no teor da mistura do etanol na gasolina. Enfrentamos contradições e dificuldades para aprovarmos a Medida Provisória (MP) para saltarmos de 25,0% para o patamar de 27,0%. Cada 1% de aumento significa 1,3 bilhão de litros por ano.

Lembramos que estávamos num momento de grave crise econômica e política. Era março de 2015. Seguimos com a mesma coerência no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com cenários previstos para o incremento gradativo da mistura do biodiesel no diesel. Então, o Parlamento brasileiro, ao longo desse tempo, trabalhou com coerência a questão dos biocombustíveis.

Destacaríamos mais dois aspectos. O primeiro está relacionado ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e

Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), com o peso dado para o motor híbrido movido a etanol, de modo a se fundamentar em dados técnicos e econômicos, diante da onda de eletrificação a vir. E o segundo relaciona-se ao ganho ambiental e de economia na saúde pública advindo do uso do etanol como combustível, como mostrou um estudo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP).

CREDIBILIDADE CIENTÍFICA

MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI

PESQUISADOR DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Para dar base científica ao RenovaBio, estabelecemos três pilares:

- Formação de parcerias para construir a RenovaCalc, uma ferramenta para calcular a intensificação de carbono (IC) emitida pelas usinas. Isso permitirá tanto aos produtores de biomassa (cana e grãos) quanto as usinas verificarem onde estão os pontos para a melhoria no processo de produção, ou seja, checarem como reduzir a pegada de carbono dos biocombustíveis e aumentar a nota de eficiência energética ambiental.
- Processo de certificação das firmas inspetoras credenciadas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de modo a conferir autoridade legal às empresas de terceira parte (independentes) credenciadas como certificadoras.
- Uso sustentável da terra com os critérios de elegibilidade para se emitir o Crédito de Descarbonização (CBio), como o não uso da área desflorestada, a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o enquadramento no Zoneamento Agroecológico (ZAE).

RENDA, EFICIÊNCIA TÉCNICA E RESPEITO AMBIENTAL

ISMAEL PERINA JÚNIOR

PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL DE JABOTICABAL E REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DE CANA DO BRASIL (ORPLANA)

Falaremos sobre a iniciativa dessa coalisão em prol do RenovaBio, no sentido de gerar um trabalho competente para criar uma melhoria na remuneração dessa cadeia muito castigada. Podemos citar dois pontos negativos cometidos pelas autoridades governamentais: o fato de o tabelamento no preço de gasolina impedir a oportunidade do setor de reaver um pouco daquele prejuízo causado pelos baixos preços dos combustíveis; e o retardamento do aumento da mistura do etanol na gasolina, apesar de haver disponibilidade do produto no País.

A proposta do governo Temer foi diferente ao assumir essa questão, com muito boa coordenação nos trabalhos de negociação entre os parlamentares e as autoridades no Ministério de Minas e Energia (MME). Agora, vivemos outro momento, com um corpo de ministros preparados para fazer uma boa gestão. O RenovaBio converge no nosso foco de produzir cana com renda, eficiência técnica e respeito ao meio ambiente. Esperamos a transferência de forma integral desse agregado à produção agrícola para os produtores independentes.



VANGUARDA E *BENCHMARK* DA SUSTENTABILIDADE

EVANDRO HERRERA BERTONE GUSSI

DIRETOR PRESIDENTE DA UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA)

Podemos avaliar a força de resiliência do RenovaBio como similar à da cultura de cana-de-açúcar. Essa política foi percebida e desenvolvida como uma estratégia não setorial no MME, com a identificação de uma grande oportunidade dotada de visão disruptiva.

Valorizaremos um dos maiores ativos do século XXI: a redução e a remoção de carbono na atmosfera. A moeda do futuro estará no fomento desse processo. Seria como se percebêssemos uma grande demanda por um determinado mineral e descobríssemos, ao mesmo tempo, que a exploração da sua mina ocorre de maneira não empreendedora e sem organização.

Inicialmente, se buscava uma MP. O então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), aconselhou-nos a apresentarmos e discutirmos um Projeto de Lei (PL), porque tratávamos de um tema sobre o futuro, e não sobre o presente. Em dezembro, estava aprovada a Lei nº 13.576/17 no Congresso, com a criação do RenovaBio. Tivemos a honra de fazê-lo com profundidade ao catalisar os desejos e os pensamentos de dezenas de pessoas. Contribuiremos para a imagem e a reputação do Brasil como vanguarda e *benchmark* da sustentabilidade.

Visitamos o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), nos Estados Unidos, para conhecer o fabuloso projeto chamado Energy Initiative, com estudos desenvolvidos pelas mentes mais brilhantes do mundo sobre energia sustentável. O Planeta não conseguirá resolver o problema das mudanças climáticas sem organizar quatro processos: redução de GEE, remoção de carbono na atmosfera, adaptação dos lugares e geoengenharia (manipulação climática).

INTEGRAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA

ANDRÉ NASSAR
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE)

Devemos reconhecer o trabalho feito em conjunto com a ANFAVEA e o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) para avançarmos na taxa de mistura do biodiesel no diesel. Com isso, desenvolvemos um trabalho bom para melhorar o grau de confiança na cadeia produtiva. Com o RenovaBio, esse relacionamento estender-se-á de forma obrigatória para a distribuição.

Até 2023, defrontaremo-nos com um cenário de B15, com a mistura de 15% do biodiesel no diesel. Se considerarmos as matérias-primas empregadas na produção desse biocombustível no Brasil, temos a soja com 75% e o sebo com 20%. Precisaremos esmagar, por exemplo, 10 milhões de toneladas na soja, contra a atual capacidade de 52 milhões toneladas e esmagamento de 44 milhões.

O RenovaBio trará diferença. Na média, cada empresa esmagadora média compra soja de 5/8 mil toneladas das propriedades rurais. É outra estrutura em relação à cana-de-açúcar, sem concentração local. Os nomes dos produtores precisarão ser tratados com sigilo. No processo de certificação das esmagadoras, devemos levar em conta que os produtores são heterogêneos na forma de produção e, também, considerar que parte do resultado econômico do CBio deverá ser transferida para o produtor. Isso promoverá uma maior integração entre quem origina a soja e quem produz o óleo. Buscaremos uma ainda maior diversificação entre as matérias-primas. É todo um processo de estruturação.



DESAFIOS LOGÍSTICOS

LEANDRO DE BARROS SILVA
DIRETOR DO SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES (SINDICOM)

Para olharmos a implementação do RenovaBio de forma consistente, cabe olhar os próximos dez anos em termos de oferta e demanda de combustíveis. Teremos duas grandes mudanças pela frente. Uma devido ao próprio RenovaBio, e outra até 2021, com 50% de desinvestimento na capacidade de refino da Petrobras.

De acordo com os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para sairmos da produção de 26 bilhões de litros e chegarmos a algo entre 40 bilhões e 50 bilhões em 2030, há um grande desafio logístico para a produção e a movimentação do etanol. Nesse período, necessitaremos de investimentos na ordem de R$ 80 bilhões.

O tempo para fazer uma baía de carregamento e uma base de distribuição é equivalente a mais de um ano no processo de licenciamento. Cabe uma simplificação nesse processo. O ambiente concorrencial também necessita de melhoria. Pelos dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), foram R$ 5,3 bilhões de sonegação de impostos na área de combustíveis do País em 2018.

Possuímos uma excelente infraestrutura de distribuição para levar o etanol e os outros combustíveis a todos os cantos do País via caminhão.

A infraestrutura de distribuição no País foi baseada na organização das refinarias com dutos. Hoje, grande parte do produto vem de caminhão para ser transferida na malha de distribuição em cada estado brasileiro.

Uma equipe do MME trabalha junto à B3 na elaboração do sistema de comercialização de CBios, o que exigirá um controle robusto para garantir uma comercialização segura, com normas e lastro.



IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE *COMPLIANCE*

AURÉLIO AMARAL
DIRETOR DA ANP

A ANP desdobrou a Lei nº 13.576/17, com a materialização de três grandes resoluções:

- A Resolução nº 758, de 2018, que regulamentou o sistema de certificação do etanol. Adaptada da Bonsucro, a metodologia serviu para criar a RenovaCalc. Estamos perto de uma dezena de empresas certificadoras credenciadas na ANP e 176 empresas produtoras em processo de certificação. Processo este em que há o levantamento e a comprovação das informações para o preenchimento da RenovaCalc. Depois, vêm a auditoria e a colocação das informações em consulta pública. Após o período de trinta dias, a ANP audita os formulários e concede o Certificado de Produção Eficiente de Biocombustível para o produtor poder emitir os CBios.

- A Resolução nº 791, de 2019, com as regras da individualização por distribuidor das metas compulsórias de redução de emissões de GEE estabelecidas pelo CNPE.

- O estabelecimento de um novo regulamento para a geração de lastro – conjunto de informações necessárias à garantia da emissão dos CBios, geradas por meio de uma ferramenta denominada Plataforma CBio, criada junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), depositário das notas fiscais por delegação da Receita Federal. As operações ilegíveis serão identificadas e separadas para efeito de emissão de uma nota de eficiência energética.

SAÚDE FINANCEIRA DO MERCADO

FABIO ZENARO
DIRETOR DE PRODUTOS BALCÃO, COMMODITIES E NOVOS NEGÓCIOS DA B3

O fluxo dos CBios passa pela autorização da ANP para dar início ao ciclo de negociação dos créditos. Entra em ação, então, a figura do escriturado, cujo papel cabe às instituições financeiras, com suas conexões para fazer o registro do título na plataforma da B3.

Como *players*, as corretoras juntam compradores (distribuidores) e vendedores (produtores) no chamado mercado de balcão. A maneira mais comum é via negociação telefônica. A operação só fechará se o CBio for entregue pelo vendedor e houver dinheiro do comprador. Com isso, fica garantida a saúde financeira do mercado.

Não adianta construirmos uma solução B3 sem o entendimento com os bancos. Fazemos isso de maneira conjunta para poder apresentar ao MME e fazer uma divulgação ampla no mercado. Essa conversa garante robustez para se correr menos risco.



PROCESSO SIMPLES E ÁGIL

RENATA BECKERT ISFER
SECRETÁRIA DA SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (SPG/MME)

Quando fizemos a primeira leitura de uma minuta do RenovaBio, sentimos algo como o condão não só para a promoção dos biocombustíveis, mas de atendimento desse momento de transição energética. Temos de aproveitar esses conceitos sustentáveis. O mundo demandará cada vez mais energia mais limpa e renovável. No exterior, muito se fala das queimadas da Amazônia e pouco sobre a participação do Brasil com 43% na energia limpa do

Planeta. Temos de fazer um grande plano de comunicação interno e externo.

Estivemos na Exposição & Conferência Internacional de Petróleo de Abu Dhabi (ADIPEC, na sigla em inglês), nos Emirados Árabes Unidos, com a presença de 150 mil pessoas. As pessoas empolgavam-se quando entendiam o mecanismo por atrás do RenovaBio. Ficamos com a responsabilidade de fazer a regulamentação do CBio, considerado como assunto de ativo ambiental. Como se trata de uma área nova, muitas coisas são embasadas com adaptações na hora de fechamento. Ouvimos a B3, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), escrituradores e distribuidores, entre outros. Queremos esse processo simples e ágil.

Para emitir o CBio, os produtores devem apresentar à ANP as informações para o sistema de lastro desenvolvido com o Serpro a fim de fazer a verificação e a apresentação das notas fiscais. Depois, devem informar o escriturador (bancos) a quantidade emitida de CBios. Na compra e na venda desses certificados entre produtores, distribuidores e investidores, não há identificação da contraparte. A partir daí, podem ser comercializados em ambiente de negociação, com as informações sobre as negociações ocorridas e a titularidade para o registrador, a quem caberá publicar os relatórios periódicos com as principais informações (preços médios, quantidades e titularidade por tipo). Esse é basicamente o fluxo desenhado.

PROGRAMA ENGENHOSO E INOVADOR

ROGÉRIO BOERI MIRANDA

SUBSECRETÁRIO DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA (SPE/ME)

Engenhosa e inovadora, a ideia do RenovaBio representa uma mudança de paradigma na sociedade brasileira. Na *carbon tax*, o imposto regulatório passa a ser arrecadatório quando começa a funcionar, o que lembra o princípio americano de estimular com o chicote sem ceder a cenoura: use menos combustível fóssil, pois, se não, será cobrado imposto. No caso do RenovaBio, pelo contrário, há um incentivo explícito para se reduzir a produção de combustível fóssil.

Como não estavam alinhados à nova visão de governo, no Ministério da Economia, deixou-se os funcionários pensando que o RenovaBio era para transferir dinheiro a usineiros. A tendência dessa política será de trazer ganho de produtividade e queda nos preços dos biocombustíveis no médio prazo. No curto prazo, estamos com taxa de inflação em baixa sob controle. Como não queremos atrapalhar, temos tido um papel mais coadjuvante, mas ficamos à disposição para colaborar.



SOBERANIA DO MERCADO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAA/SP)

O grande desafio foi o reconhecimento governamental do etanol na matriz energética brasileira. Isso aconteceu graças à evolução das partes (*stakeholders*) dessa cadeia produtiva. Sempre fomos vistos como um apêndice do PROÁLCOOL, que se criou lá atrás e, depois, não se soube como terminar. Com esse modelo inovador, o RenovaBio carrega uma força aglutinadora entre os elos da cadeia de produção. Como precisa de revisão contínua, o próprio Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP) será beneficiado com essa iniciativa.

Em um país do tamanho do Brasil, com unidades produtivas espalhadas pelo território, cabe uma política de distribuição uniforme, com estrutura robusta e fóruns de discussão prontos para implantar ganhos de modernização e maior competitividade. O setor financeiro será um grande impulsionador desse negócio. Realizaremos ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) e atrairemos investidores para o CBio.

Observemos que há uma geração de riqueza relacionada ao setor de biocombustíveis no que tange à cana-de-açúcar, aos frigoríficos e às esmagadoras de grãos. Considerando-se que é sempre importante lembrar o caráter soberano do mercado, o Governo não pode apenas pensar na palavra "regulação", mas deve ter em mente o seu papel na orientação para o setor privado executar e estabelecer. ■

AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

UM DOS temas do agronegócio que entrará em pauta na agenda do Congresso Nacional deste ano é a aquisição de terras por estrangeiros. Esse assunto pode impactar consideravelmente o setor, pois o ingresso de capital estrangeiro poderá gerar receita e empregos para o País.

A regulação do tema ainda é feita pela Lei nº 5.709/71, que é bem restritiva. As suas principais regras sujeitam a pessoa física estrangeira residente no Brasil e a pessoa jurídica estrangeira aos limites impostos à aquisição de terras, assim como fazem incidir sobre a pessoa jurídica brasileira controlada por estrangeiros as mesmas restrições.

Essa Lei impõe limites quanto à extensão da área e à localização de imóveis que possam ser adquiridos por estrangeiros. Entretanto, não previu soluções para alguns problemas e deixou lacunas sem maiores explicações, como a possibilidade de conceder o imóvel rural como garantia válida para o credor estrangeiro residente no País, entre outras situações.

Na década de 1990, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu alguns pareceres que permitiram a pessoas jurídicas nacionais com controle estrangeiro e pessoas jurídicas estrangeiras com participação brasileira adquirirem propriedades sem essas restrições, mas, em 2010, a AGU reviu esse entendimento e retomou os parâmetros da Lei nº 5.709/71, o que limitou o acesso de estrangeiros às propriedades rurais brasileiras.

Alguns Projetos de Lei (PLs) foram propostos com a finalidade de modificar a situação e apresentar soluções para as lacunas em aberto. Entre eles, o mais recente é o PL nº 2.963/19, de relatoria do senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), e tem sido extensivamente debatido por parlamentares e lideranças do agronegócio.

Tal PL visa facilitar a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras e, para tanto, regulamenta o artigo nº 190 da Constituição Federal, revoga a Lei nº 5.709/71 e determina que os imóveis rurais adquiridos por empresa estrangeira deverão obedecer a princípios da função social da propriedade e devem ser autorizados por ato do poder Executivo, nos termos do artigo nº 1.134 do Código Civil.

O PL em questão estipula, ainda, que a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar 25% da superfície dos municípios onde se situem. A aquisição de terras na região do bioma amazônico e em áreas de fronteira dependerá do aval do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Está previsto pelo PL que o Congresso Nacional, excepcionalmente, mediante Decreto legislativo, por manifestação prévia do poder Executivo, poderá autorizar a aquisição de imóvel por pessoas estrangeiras além dos limites fixados na lei quando se tratar da implantação de projetos prioritários para o desenvolvimento do País.

Um aspecto relevante está relacionado à legislação internacional sobre o assunto, pois países de grande extensão territorial, como a Rússia, estimulam a aquisição de terras por estrangeiros em seu território.

Nesse sentido, é justo e apropriado o estabelecimento de regras claras e objetivas que garantam a segurança jurídica, a função social dos imóveis rurais, o respeito aos contratos e o incentivo aos investimentos estrangeiros de forma a estimular e consolidar o agronegócio brasileiro. ■

A DÉCADA DA EDUCAÇÃO DIGITAL NO CAMPO



ROBERTO ARAÚJO

Líder de Educação e Boas Práticas Agrícolas na CropLife Brasil

UMA NOVA década se inicia, e a CropLife Brasil nasce com o compromisso de unir forças para acelerar a qualificação profissional dos agricultores e dos trabalhadores rurais, ajudando o setor a aproveitar as oportunidades de crescimento que o Brasil terá até 2030.

De acordo com um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), projeta-se que, até 2030, será necessário aumentar a produção global de alimentos em 20% para garantir a segurança alimentar e que o Brasil deverá aumentar a sua produção em 40%, sendo o país onde haverá o maior crescimento.

O uso de tecnologias modernas é essencial para aumentar a produtividade e a competitividade no campo. E não basta que os agricultores e trabalhadores rurais tenham acesso a tecnologias inovadoras, como pesticidas, biopesticidas, sementes geneticamente avançadas, novas máquinas e soluções digitais, se não souberem como utilizá-las corretamente.

O Censo Agropecuário de 2017 revelou alguns números preocupantes e que indicam o tamanho do desafio para a Educação nesta década, pois é necessário investir em capacitação profissional para maximizar os benefícios das novas tecnologias, que estão chegando cada vez mais rápido. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 80% dos produtores rurais responderam que não recebem assistência técnica, fato que limita o acesso às novas tecnologias. Além disso, mais de 60% dos produtores rurais têm mais de 45 anos de idade e quase 80% não foram além do Ensino Fundamental. O levantamento demonstrou, também, que 1,681 milhão de propriedades usou pesticidas, registrando um crescimento de mais de 20,4% em relação a 2006. Já o número de tratores cresceu 49,7% no período e chegou a 1,22 milhão, confirmando a tendência de aumento da mecanização e da automação nas fazendas. Embora mais de 70% das 5.071.332 propriedades rurais ainda não tenham acesso à internet, o acesso aumentou 1.900% entre 2006 e 2017, indicando que a demanda é crescente.

Com as perspectivas de realização do leilão do 5G, previsto para 2020, assim como o remanejamento de recursos públicos para garantir a universalização da telefonia fixa e a ampliação do acesso à internet de alta velocidade, a próxima década será marcada pelo rápido crescimento no uso de tecnologias digitais. No entanto, os maiores desafios estão por conta da necessidade de qualificar a mão de obra rural e atrair os jovens para o mercado agro.

Em 2018, o valor gerado pelo agro chegou a R$ 1,44 trilhão ou 21,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nos últimos quarenta anos, o setor tem sido reconhecido como um vetor-chave do crescimento econômico, sinalizando que o Brasil tem potencial para se tornar o maior fornecedor mundial de alimentos.

A CropLife Brasil planeja a realização de parcerias público-privadas e acredita que a união de forças entre governos, indústria, agricultores, revendedores, cooperativas, Academia, escolas técnicas e diversas outras entidades é o melhor caminho para promover a educação digital, aumentar a assistência técnica no campo e estimular o agro brasileiro a prosperar mais rapidamente. ■

DIÁRIO DE BORDO

AÇÃO PELA IMAGEM

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas



LIDERANÇAS BRASILEIRAS do agronegócio que têm viajado mais recentemente ao exterior, em especial à Europa, relatam sua perplexidade quanto à visão negativa que a opinião pública tem da nossa agropecuária, com consequências muito ruins para a colocação das produções agrícola e agroindustrial no Velho Continente.

Boa parte da percepção dos europeus deve-se à desastrada narrativa relacionada aos incêndios ocorridos na Amazônia no final do ano passado, logo associada ao desmatamento da região e à suposta liberação "apressada" de defensivos agrícolas e seu uso "exagerado". Tudo muito pior do que a realidade que temos no Brasil, com uma produção rural sustentável baseada em tecnologia inovadora na mesma direção.

Criou-se uma imagem distorcida que ignora olimpicamente o Código Florestal mais rigoroso do Planeta, finge desconhecer a redução das emissões de gases do efeito estufa determinada pela agroenergia, pelo Plano ABC (com ênfase para a integração lavoura-pecuária-floresta) e pela bioeconomia em plena expansão.

A questão é tão séria que pode comprometer até mesmo a implementação do acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) anunciado em meados do ano passado, uma iniciativa essencial para garantir o acesso da nossa produção aos mercados desenvolvidos. Aliás, não falta quem afirme que a oposição a esse acordo seja o real motivo para colocar defeitos na nossa atividade rural.

E pode ser que seja isso mesmo. Mas a verdade é que temos que eliminar completamente os problemas que geram essa reação. Não podemos dar argumentos para a concorrência, que também se alimenta da legítima onda global de defesa do meio ambiente, que, por sua vez, tem provocado até mudanças nos hábitos alimentares, sobretudo na juventude. Precisamos fazer cumprir as nossas leis nesse tema e acabar de uma vez com o desmatamento ilegal, assim como punir para valer todo tipo de ação criminosa em garimpos, madeireiras, invasões e incêndios. Só assim, teremos a defesa absoluta da nossa maravilhosa agropecuária sustentável. Mas isso não basta; será necessário comunicar com profissionalismo.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem fazendo a sua parte nessa dura guerra. Ele acaba de lançar um amplo programa contendo as Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira, com três vertentes principais: regularização fundiária e ambiental; inovação e produção sustentável; e inclusão produtiva.

A primeira vertente, de regularização fundiária, passa pela titulação de terras como ponto de partida para a garantia de segurança jurídica no campo, o que permite o acesso do produtor às políticas públicas e, ainda, combate a grilagem e a invasão de terras. Busca-se, com esse tema, a criação de um cadastro único com informações sobre as propriedades rurais, incluída aí a aplicação plena do Código Florestal.

Já a segunda vertente, referente a inovação e produção sustentável, fortalece a pesquisa, fomenta a infraestrutura para a conectividade no campo, promove a gestão eficiente dos recursos hídricos, cria polos regionais de inovação e impulsiona o Plano ABC e a bioeconomia.

Por fim, a terceira vertente, de inclusão produtiva, trata de repensar o desenvolvimento do pequeno produtor e fortalecer as cadeias produtivas de valor agregado, entre outras propostas.

Está dada a largada para tentar recuperar a imagem distorcida da agropecuária mais sustentável do Planeta. ■

"...[precisamos] acabar de uma vez com o desmatamento ilegal, assim como punir para valer todo tipo de ação criminosa em garimpos, madeireiras, invasões e incêndios. Só assim, teremos a defesa absoluta da nossa maravilhosa agropecuária sustentável."



PRODUZIR

UM FUTURO PROMISSOR

MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

HÁ EXATOS três anos, neste mesmo espaço da Revista, escrevi sobre o compromisso do Brasil em mostrar ao mundo e aos consumidores brasileiros o potencial do nosso agronegócio: dinâmico, pautado em boa governança, tecnológico e fonte de emprego e renda para a população. Na época, início da minha gestão como presidente da SRB, alertamos para a necessidade de superar esse desafio de imagem e credibilidade para ganhar mais acesso ao mercado mundial e obter uma valorização adequada da nossa produção.

Esses três últimos anos coincidiram com um período desafiador para o País, com grande volatilidade econômica, intensa renovação política e episódios que colocaram à prova a força do nosso agronegócio. Na esfera legislativa, pleiteamos a modulação dos efeitos do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e defendemos a constitucionalidade do Código Florestal, a aquisição de terras por empresas brasileiras de capital estrangeiro, a flexibilização na lei dos defensivos agrícolas, além do embarque de animais vivos, entre tantas outras pautas relevantes para o produtor rural.

Nesse mesmo período, vimos crescer, ainda, o movimento global de consumidores na direção da sustentabilidade produtiva, que fortalece o debate de temas como mudanças climáticas, preservação florestal e formação da matriz energética. A repercussão das queimadas na Amazônia, no ano passado, indicou como ainda estamos defasados na questão da regularização fundiária e, também, sinalizou como a pauta ambiental influenciará a nossa imagem e, portanto, a competitividade do setor.

Não há dúvidas de que o Brasil reúne condições para superar todos esses desafios, pela disponibilidade de terras, pelas tecnologias tropicais recém-desenvolvidas, pelas legislações já implementadas e, sobretudo, pela capacidade dos nossos produtores rurais de vencer os desafios. Estamos no caminho certo, embora ainda tenhamos muito caminho para percorrer.

Para ampliar ainda mais o espaço entre as grandes potências mundiais do agro, precisamos de projetos de governo para o País a médio e longo prazos. A estratégia passa, necessariamente, pela expansão dos investimentos em infraestrutura e logística, pela modernização da legislação tributária e pelo desenvolvimento de novos instrumentos de renda ao produtor rural. Em 2019, demos importantes passos no ambiente interno, como a aprovação da reforma previdenciária, e no cenário internacional, com a concretização do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE).

Seguramente, conquistar o jovem e trazer as suas contribuições em inovação e tecnologia para as atividades do campo e de todo setor estão entre os nossos maiores desafios. Na SRB, há um Comitê de Jovens Lideranças atuante, com sugestões de projetos para promover o intercâmbio de gerações e formar novas referências para o setor.

Em 2020, chego ao final do meu mandato na SRB. Deixo o cargo projetando um futuro complexo, mas promissor e de muito trabalho, otimista com a capacidade de superação dos desafios pelos produtores rurais brasileiros e confiante quanto ao crescimento contribuindo com mais empregos e oportunidades para a população. ■

"A repercussão das queimadas na Amazônia, no ano passado, indicou como ainda estamos defasados na questão da regularização fundiária e, também, sinalizou como a pauta ambiental influenciará a nossa imagem e, portanto, a competitividade do setor."

OPINIÃO

BONS VENTOS PARA O AGRO DE SÃO PAULO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



O PRODUTO Interno Bruto (PIB) de São Paulo, com um crescimento de 2,6% em 2019, demonstra o resultado do trabalho que tem sido feito por diferentes setores da economia nos últimos meses.

Na balança comercial, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura, as exportações do estado de São Paulo somaram US$ 48,36 bilhões (21,6% do total nacional) e as importações, US$ 59,35 bilhões (33,5% do total nacional) em 2019. Já as exportações do agronegócio paulista resultaram em US$ 15,13 bilhões (31,3% do total do estado), enquanto a participação das importações foi de apenas US$ 4,69 bilhões (7,9% do total do estado). Esses números comprovam a relevância do agronegócio para o estado, com um superávit de US$ 10,44 bilhões.

Setores fundamentais para a economia no estado tiveram números representativos: o complexo sucroalcooleiro somou US$ 4,07 bilhões, sendo que, desse total, o açúcar representou 76,9% e o álcool, 23,1%; as carnes foram responsáveis por movimentar US$ 2,25 bilhões, tendo a carne bovina respondido por 85,0%; como maior produtor de suco de laranja do mundo, a produção de São Paulo de sucos somou US$ 1,83 bilhão, do qual 97,4% referem-se a sucos de laranja; os produtos florestais apresentaram US$ 1,68 bilhão, com participações de 57,7% de papel e 32,4% de celulose; e o complexo soja totalizou US$ 1,61 bilhão.

O agro paulista exportou para a China US$ 2,92 bilhões, consolidando a posição dos chineses como principal parceiro comercial de São Paulo. Logo em seguida, temos a União Europeia, com US$ 2,76 bilhões, e os Estados Unidos, com US$ 2,01 bilhões.

Esses números são, sem dúvidas, resultado do trabalho que é feito pelo setor produtivo de São Paulo. Desde a produção de insumos e a agropecuária até a indústria e/ou a exportação de *commodities*, temos muita tecnologia investida e aplicada e processos e operações sustentáveis e altamente produtivos, que chamam a atenção do mercado global e abrem portas para novos negócios.

O governo tem buscado, por sua vez, alinhar as suas políticas públicas aos planos de negócios e à visão de futuro do setor produtivo. Focado em uma política cada vez mais liberal, tem desenhado medidas que resultem na atração de investimentos e na expansão de mercados, como as missões internacionais, os benefícios tributários e o lançamento da Agro Expo International.

A abertura do escritório internacional de Xangai, por exemplo, auxiliou o início das exportações de frango para a China, que vive uma crise com a peste suína africana e tende a comprar cada vez mais proteína proveniente do estado de São Paulo.

Essa abertura de novos mercados traz eficiência e ganhos de escala para a produção. No caso do aumento e do incentivo das exportações de proteína animal, propriedades rurais podem investir na ampliação de suas produções para fornecer um volume maior de carne para abate. Consequentemente, os plantios de soja e milho devem expandir a produção para alimentar os animais. É um sistema integrado de todos os envolvidos na cadeia, da pesquisa à exportação.

São inovações no agro de São Paulo. Os desafios de cada setor podem ser muitos, mas a chance de sucesso do trabalho que tem sido feito pelo setor agro é indiscutível. ■

Em 2019, o agro paulista exportou US$ 2,92 bilhões para a China (maior parceiro comercial do estado de São Paulo), US$ 2,76 bilhões para a União Europeia e US$ 2,01 para os Estados Unidos.



REFLEXÃO

O AGRO PRECISA FALAR (DIFERENTE)

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

EM UM mundo de redes sociais, *streamings* e *podcasts*, as informações chegam de todos os lados, de forma rápida e, muitas vezes, de fontes pouco confiáveis. Vivemos um momento em que a quantidade de *fake news* é cada vez maior e dificulta a nossa análise; todo mundo toma partido, e a opinião fala mais alto do que a veracidade.

O País passou, em 2019, por momentos delicados (políticos e econômicos), e são nos momentos de crise que a eficiência da comunicação se torna ainda mais importante, como na crise das queimadas na Amazônia, quando informações inverídicas e acusações equivocadas invadiram as redes. Nessa ocasião, a sociedade bombardeou e foi bombardeada por informações superficiais e deturpadas, e, em muitos *posts*, a culpa recaiu sobre o agronegócio.

Nesse caso, o agro teve a sua imagem prejudicada por conta de quadrilhas criminosas que atuam na ilegalidade na Amazônia, que roubam terras públicas e aumentam a insegurança jurídica. Mas, dessa vez, o setor organizado e legal já tinha uma resposta para dar.

Na Climate Week, em Nova York, e na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-25/UNFCCC, nas siglas em inglês), em Madrid, com cobertura da imprensa do mundo todo, o Brasil apresentou a campanha Seja Legal com a Amazônia, iniciativa que pede o fim da grilagem e do roubo de terras públicas na Amazônia. Sem nenhuma nova ferramenta ou arranjo público, a campanha pede tão somente que as leis brasileiras sejam aplicadas. Cerca de 60% das florestas da Amazônia pertencem ao povo brasileiro. Hoje, esse território vem sendo alvo de grileiros e organizações criminosas que invadem, desmatam e falsificam documentos para vender as nossas terras com lucros vexatórios. Por isso, representantes do agronegócio e ambientalistas criaram a campanha para exigir que novas medidas sejam tomadas para combater esses crimes.

A sociedade atual está mais exigente e preocupada com as questões socioambientais, e esse tempo tem sido chamado por alguns de "era da utopia ambiental" e implica mudanças na política externa, compromissos públicos, políticas de compra e, principalmente, uma comunicação correta, científica e pontual. Essa questão entrou em pauta nas mais diversas esferas, e não seria diferente com o agronegócio.

O setor já mostrou para o mercado internacional que alinha os processos produtivos à conservação ambiental, mas não basta só isso. Precisamos de mais eficácia, entender as demandas dos consumidores e dialogar com a sociedade que está mais "distante" do agronegócio e tem dificuldade de acessar informações confiáveis. Precisamos, enfim, atuar juntos contra os ilegais, exigir leis iguais para todos.

O agronegócio precisa falar! Precisamos de mais iniciativas como a Climate Week e a COP-25. Somos responsáveis por R$ 96,8 bilhões de exportações, o que representa 42,9% do total exportado no ano passado, além de proporcionarmos alimentação de qualidade para a mesa dos brasileiros, garantirmos a segurança alimentar do País e alinharmos tudo isso à conservação ambiental. Somente os produtores rurais preservam 25,6% das terras brasileiras com áreas de conservação. Precisamos aproximar-nos de todos os públicos, desmistificar o setor, quebrar tabus, mostrar a força do agro e evoluir no discurso e na comunicação contra as ilegalidades tanto quanto evoluímos na aplicação de tecnologias. ■

O setor já mostrou para o mercado internacional que alinha os processos produtivos à conservação ambiental, mas isso não basta. É preciso entender as demandas dos consumidores e dialogar com a sociedade que está "distante" do agronegócio e tem dificuldade para acessar informações confiáveis.



Powered by anuga

Participe da versão brasileira da maior feira de alimentos e bebidas do mundo

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas

9-11 Março 2020

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

+400 marcas expositoras

+24 países

12 pavilhões internacionais

60% maior em área de exposição

Experiências



Oficina ConPizza



II Encontro Abrasel - ESBRE
Saberes para Bares e Restaurantes



Encontro Vegano



Confeitaria & Panificação Show

CREDENCIE-SE

www.anufoodbrazil.com.br

Parceria Estratégica

ABIA · ABIR · abrasel · ITAL · SÃO PAULO

Coorganizador das Conferências

FGV EUROPE PROJETOS

Patrocínio Oficial

makro Food Service

Organização

koelnmesse

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3



RESERVE
SUA AGENDA

3 AGOSTO 2020

SHERATON WTC
SÃO PAULO HOTEL

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO